



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

LILIAN DOS SANTOS DA SILVA

**PEDAGOGIA DA MARÉ: PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO
DE SABERES A PARTIR DAS MARISQUEIRAS DE ACUPE**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

LILIAN DOS SANTOS DA SILVA

**PEDAGOGIA DA MARÉ: PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO
DE SABERES A PARTIR DAS MARISQUEIRAS DE ACUPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês, da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
para obtenção do Título de Licenciada em
Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues
Garcia Balsalobre.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S581f

Silva, Lilian dos Santos da.

Pedagogia da maré : produção e transmissão de saberes a partir das marisqueiras de Acupe / Lilian dos Santos da Silva. - 2026.

73 f. : il., mapas, color.

Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2026.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

1. Quilombolas. 2. Tradição oral. 3. Marisqueiras. 4. Acupe (Santo Amaro, BA) – Educação. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 304.2098142

LILIAN DOS SANTOS DA SILVA

**PEDAGOGIA DA MARÉ: PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO
DE SABERES A PARTIR DAS MARISQUEIRAS DE ACUPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês, da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
para obtenção do Título de Licenciada em
Letras.

Data de aprovação: 16/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sabrina Garcia Balsalobre (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira (professor avaliador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a M.^a Diana Miranda Menezes (professora avaliadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento é dedicado a Deus, por ter me dado forças nos momentos em que mais precisei e por não me deixar desistir da minha caminhada.

Dedico também esta conquista à minha grande família. À minha mãe, por estar sempre ao meu lado, apoiando-me emocional e fisicamente, e pelos cuidados dedicados ao meu filho todas as vezes que precisei deixá-lo sob seus cuidados para poder ir à faculdade. Ao meu pai, que sempre me incentivou a estudar e me motivou a prosseguir, com suas palavras de conforto e carinho. Às minhas irmãs e ao meu irmão, esses são meus melhores amigos e grandes apoiadores. À minha avó Júlia, que me esperava no portão de sua casa para me abençoar antes de eu ir para a faculdade. Ao meu esposo, que nunca me deixou desistir dos meus sonhos, sempre me apoiou com palavras de incentivo e me ajudou nos afazeres domésticos para que eu não perdesse o horário da faculdade. Ao meu filho amado, por ser minha inspiração diária para continuar.

Agradeço e dedico também este trabalho às políticas de cotas, que me abriram portas e possibilitaram meu ingresso na UNILAB.

Agradeço e dedico este trabalho às minhas colegas **Juliane Correia, Vanessa Reis, Roseane Santana e Ivone**, que sempre estiveram comigo quando precisei de ajuda com assuntos da faculdade e com palavras de incentivo. Meus sinceros agradecimentos a cada uma de vocês.

Agradeço também à minha irmã de coração, **Laiane Santos**, por acreditar em mim em todos os momentos e me apoiar com palavras de incentivo.

Por fim, agradeço a essa pessoa maravilhosa que é minha orientadora, uma pessoa de luz, que inspira confiança e nunca desistiu de mim. Meus sinceros votos de gratidão à senhora **Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre**.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo observar as experiências das marisqueiras da comunidade quilombola de Acupe, localizada no distrito de Santo Amaro da Purificação/BA, considerando os processos de ensino e de aprendizagem dos filhos e das filhas dessas trabalhadoras, da maré a educação formal. A pesquisa pauta-se na compreensão de que a educação não se limita aos espaços escolares, uma vez que também acontece no território, por meio das vivências e da prática da mariscagem, campo no qual essas trabalhadoras desenvolvem e transmitem seus saberes. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa e bibliográfica. Após a pesquisa bibliográfica, buscou-se a coleta de dados direto da fonte, a fim de compreendê-los a partir das vivências locais. Desse modo, foram realizadas entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado, com dois grupos de marisqueiras: o primeiro composto por cinco marisqueiras mais velhas e o segundo por quatro marisqueiras mais jovens, todas moradoras da comunidade de Acupe. Os dados revelam que os conhecimentos adquiridos no cotidiano da maré contribuem significativamente para a formação identitária, cultural e educacional dos sujeitos. Entretanto, esses saberes ainda não são reconhecidos pelos meios formais de ensino, o que contribui para o apagamento da identidade quilombola e provoca um distanciamento entre a escola e a comunidade. Diante disso, a pesquisa reforça a importância de que as comunidades quilombolas tenham escolas implementadas em seus territórios, com o objetivo de oferecer uma educação escolar quilombola que valorize os saberes ancestrais como forma legítima de conhecimento, pautada na realidade do território.

Palavras-chaves: quilombolas; tradição oral; marisqueiras; Acupe (Santo Amaro, BA) – educação.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo observar las experiencias de las mariscadoras de la comunidad quilombola de Acupe, ubicada en el distrito de Santo Amaro da Purificação, en el estado de Bahía, considerando los procesos de enseñanza y aprendizaje de los hijos e hijas de estas trabajadoras, desde la marea hasta la educación formal. La investigación se fundamenta en la comprensión de que la educación no se limita a los espacios escolares, ya que también ocurre en el territorio, por medio de las vivencias y de la práctica del marisqueo, ámbito en el cual estas trabajadoras desarrollan y transmiten sus saberes. Para el desarrollo de la investigación, se utilizó un enfoque cualitativo y bibliográfico. Después de la investigación bibliográfica, se buscó recolectar datos directamente de la fuente, con el fin de comprenderlos a partir de las vivencias locales. De este modo, se realizaron entrevistas mediante un guion semiestructurado, con dos grupos de mariscadoras: el primero compuesto por cinco mariscadoras de mayor edad y el segundo por cuatro mariscadoras más jóvenes, todas residentes de la comunidad de Acupe. Los datos revelan que los conocimientos adquiridos en la cotidianidad de la marea contribuyen significativamente a la formación identitaria, cultural y educativa de los sujetos. Sin embargo, estos saberes aún no son reconocidos por los medios formales de enseñanza, lo que contribuye al borrado de la identidad quilombola y provoca un distanciamiento entre la escuela y la comunidad. Ante ello, la investigación refuerza la importancia de que las comunidades quilombolas cuenten con escuelas implementadas en sus territorios, con el objetivo de ofrecer una educación escolar quilombola que valore los saberes ancestrales como una forma legítima de conocimiento, fundamentada en la realidad del territorio.

Palabras clave: quilombolas; tradición oral; mariscadoras; Acupe (Santo Amaro, BA) – educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Na maré, marisqueira fazendo a captura do bebe-fumo	18
Figura 2	Praia da Salina em Acupe	19
Figuras 3 e 4	Vista de Acupe	21
Figura 5	Mapa de Acupe	22
Figuras 6 e 7	Bebe-fumo	28
Figuras 8 e 9	Sururu	29
Figura 10	Siri após o processo de cozimento	30
Figura 11	Cascas de ostras	31
Figura 12	Taioba após o processo de cozimento	32
Figuras 13 e 14	Porto da comunidade de Acupe	33
Figura 15	Peixe secando ao sol	45
Figura 16	Marisqueira catando siri em frente à porta de sua residência	50

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PERCURSO METODOLÓGICO	14
3	AS MARISQUEIRAS DE ACUPE	17
3.1	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ACUPE	20
3.2	PROFISSÃO DA MARÉ	27
4	NARRATIVAS DAS MARISQUEIRAS	37
4.1	AUTOBIOGRAFIA	38
4.2	NARRATIVAS DAS MAIS VELHAS	41
4.3	NARRATIVAS DAS MAIS JOVENS	48
5	PERSPECTIVA PARA A EDUCAÇÃO FORMAL	54
5.1	EDUCAÇÃO FORMAL: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA X EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	54
5.2	COMO SONHAR O FUTURO	65
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Brandão (2002) afirma que a educação acontece em diversos espaços sociais e não fica restrita somente aos espaços formais de ensino. Nas comunidades remanescentes de quilombo, a prática educativa ocorre no convívio com a comunidade, na troca de experiência e no exercício de atividades como a pesca e a agricultura. Essas práticas envolvem trocas de conhecimentos que fluem no ato do saber fazer e do saber ensinar, experiências produzidas no cotidiano dos grupos sociais. Nesse contexto, os saberes tradicionais se constituem como forma legítima de conhecimento e são transmitidos de geração em geração como estratégia de resistência e preservação cultural e de afirmação da identidade social.

A educação configura-se como um processo contínuo de aquisição de aprendizagem que nos permeia desde o nosso nascimento e se estende até a velhice. Afinal, de uma forma ou de outra, estamos o tempo todo aprendendo algo novo ou, por vezes, apenas aperfeiçoando aquilo que já sabemos. Compreende-se, assim, que o ser humano está sempre em busca de algo, na tentativa de se complementar, como se fôssemos uma obra em construção, sem data definida para sua finalização.

A comunidade quilombola de Acupe, situada no município de Santo Amaro da Purificação, no estado da Bahia, tem suas origens enraizadas no período colonial e é oficialmente reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Trata-se de um lugar riquíssimo em cultura, história e culinária.

Para Gomes (2023), a escola deve ser um espaço que privilegie a identidade negra, pois, segundo a autora, “o movimento negro brasileiro, ao longo de sua trajetória histórica, tem produzido saberes e práticas educativas que tencionam e transformam o campo educacional.” (Gomes, 2017, p. 19). Entretanto, ao mesmo tempo, precisa se constituir como um espaço que valorize a identidade quilombola. Dessa forma, a instituição escolar tem o objetivo de reconhecer os saberes que são intrínsecos a esses povos, a fim de reformular o currículo tradicional e incluir tais saberes no campo acadêmico, com o intuito de quebrar paradigmas e fortalecer a educação escolar quilombola.

Embora a Lei nº 10.639/03 torne obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, isso não garante que as comunidades quilombolas tenham seus saberes inseridos no currículo escolar. Constata-se, assim, que o que ainda predomina é uma educação formal que segue uma perspectiva eurocêntrica, apagando as memórias e identidades quilombolas. No contexto de Acupe, essa lei deveria servir como suporte para a inserção dos saberes da mariscagem nos espaços escolares, mas, para que isso de fato aconteça, a instituição escolar

precisa ultrapassar práticas pedagógicas eurocêntricas e dialogar com os saberes produzidos pela comunidade quilombola de Acupe.

Em Acupe, lideranças de grupos culturais e de associações remanescente de quilombos têm lutado, em congressos e em espaços políticos, para garantir que a comunidade de Acupe tenha a educação quilombola inserida nas escolas municipais do distrito. Defende-se, assim, uma educação contextualizada na realidade local, visto que:

Quanto à educação, observa-se que um grande número de comunidades não possui escolas quilombola, ou seja, escola situada no território quilombola, o que leva crianças, jovens e adultos quilombolas a serem transportados para fora de suas comunidades de origem. Observa-se que as unidades educacionais estão longe das residências, o acesso é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo das escolas localizadas fora da comunidade muitas vezes está longe da realidade histórica e cultural destes alunos e alunas. (Ministério da Educação, 2020).

Esta monografia tem como objetivo investigar, em especial, as filhas e os filhos das marisqueiras de Acupe, visando analisar as mais diversas formas de aprendizagem produzidas pelas trabalhadoras do mangue, por meio do exercício da mariscagem, e compreender de que forma esses saberes e outras experiências educativas não formais contribuem para a formação identitária e educacional dessas crianças. O problema da pesquisa foi o seguinte: analisar como a não valorização desses saberes ancestrais nos meios formais de ensino pode contribuir para a desvalorização e o apagamento das experiências quilombolas. Nesse sentido, questiona-se: existem práticas educativas transmitidas por meio da atividade da mariscagem na comunidade de Acupe? Em caso afirmativo, torna-se necessário entender como ocorre essa transmissão de conhecimento nessa comunidade específica.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela realização de entrevistas de campo com marisqueiras da comunidade de Acupe, no município de Santo Amaro da Purificação/BA. Ao todo, foram entrevistadas nove marisqueiras da comunidade, todas mães; entretanto, duas delas não possuem mais filhos em idade escolar.

Desse modo, a pesquisa mostra-se relevante por possibilitar reflexões acerca dos saberes da maré e sua relação com a educação formal, bem como por reconhecer essas experiências como uma modalidade educativa. Uma vez que a educação escolar quilombola busca articular os conhecimentos da comunidade com os saberes curriculares, o estudo pretende contribuir com reflexões sobre a importância de uma educação mais comprometida com a realidade do distrito de Acupe.

Nesse sentido, a motivação para a construção deste estudo surge da inquietação de mostrar como as experiências de mundo podem promover um aprendizado significativo, tanto para o meio acadêmico quanto para a comunidade de Acupe. Em função disso, buscou-se suporte teórico para o aprofundamento do estudo em autores como Carlos Rodrigues Brandão, que discute o que é educação e educação popular; nos estudos sobre educação quilombola, a partir das contribuições da própria autora deste trabalho; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; nas reflexões acerca da educação pública de qualidade nas escolas quilombolas e nas discussões sobre direito e constituição; além das contribuições de Paulo Freire, que aborda a educação como prática de mudança; entre outros autores que dialogam com as temáticas discutidas ao longo da pesquisa.

Em termos metodológicos, este estudo se pautou em pesquisas qualitativas e bibliográficas, na medida em que foram realizados estudos de campo com nove marisqueiras da comunidade de Acupe, todas do gênero feminino. Os dados foram levantados por meio de entrevistas, ou seja, por meio de questionário semiestruturado. Em suma, as nove (9) perguntas que constituíram a entrevista foram abertas e dizem respeito à vida pessoal dessas marisqueiras e à sua trajetória no mangue. A participação delas foi essencial para o desenvolvimento do estudo.

A presente monografia está dividida em quatro seções. Além da introdução, a primeiraseção discorre sobre os percursos metodológicos, nos quais são apresentados os caminhos percorridos para a realização da pesquisa. Na segunda seção, denominada “As marisqueiras de Acupe”, apresento um breve levantamento histórico-social do cotidiano dessas trabalhadoras do mangue. Ainda na segundaseção, no item 2.1, realizo um breve resumo histórico, social, geográfico e cultural da comunidade de Acupe. Nessa mesma seção, no item 2.2, denominada “Profissão da maré”, apresento os conhecimentos adquiridos durante o exercício da profissão, bem como os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos.

A terceira seção apresenta as narrativas das marisqueiras de Acupe. Na sequência, no item 3.1, trago a minha autobiografia. Nessa seção, relato minha trajetória enquanto mulher negra, marisqueira, mãe e estudante da UNILAB. Ainda nessa seção, no item 3.2, apresento as narrativas das marisqueiras mais velhas, por meio de trechos de suas entrevistas. Já no item 3.3, denominado “Narrativas das mais jovens”, discorro sobre as questões respondidas por meio do questionário.

A quarta seção, intitulada “Perspectiva para a educação formal”, situa os leitores quanto ao que será encontrado na seção 4.1, denominada “Educação formal: educação quilombola x educação escolar quilombola”. Nessa seção, discorro sobre como a educação

escolar quilombola não pode ser desassociada do quilombo e sobre como pensar a educação formal para além dos processos educativos do ensino formal.

Ainda nessa mesma seção, no item 4.2, denominado “Como sonhar o futuro” , exponho as vozes dessas marisqueiras, apresentando, em suas falas, aquilo que elas sonham para o seu futuro. Por fim, apresento as considerações finais, nas quais retomo alguns pontos da pesquisa que considero marcantes para o seu desenvolvimento, bem como o tema da pesquisa. Também discorro sobre as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do estudo, a motivação e a escolha do tema, sua relevância para o meio acadêmico e para a comunidade de Acupe, além de reforçar a importância de que os saberes ancestrais sejam reconhecidos como legítimos no âmbito do ensino formal.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa tem como principal objetivo discutir a experiência educativa das marisqueiras no exercício da mariscagem e de que forma o saber acontece no território, considerando que essas trabalhadoras possuem outras experiências para além desse contexto, como a escola, a família, a interação social e a imersão cultural.

Trata-se de um estudo de campo, de natureza qualitativa, que se configura como uma prática investigativa, buscando os dados diretamente da fonte para compreender os fatos. Dessa forma, procura-se compreender e analisar como as experiências e vivências das marisqueiras de Acupe dialogam com a educação formal, especialmente no que se refere aos filhos e às filhas dessas marisqueiras, da maré à educação formal.

O estudo visa evidenciar as diversas formas de aprendizagem que acontecem no território, por meio das vivências, da prática da atividade da mariscagem e dos conhecimentos construídos no passado e no presente. De acordo com Godoy:

Nesse tipo de pesquisa o investigador vai a campo para coletar dados com a finalidade de entender o fenômeno a partir das vivências dessas pessoas, considerando todas as informações que sejam relevantes para a pesquisa, analisam os dados obtidos para chegar a uma conclusão sobre problemática. (Godoy, 1995, p. 21).

Inicialmente, levamos a cabo a análise de documentos, artigos científicos, livros, monografias e revistas. Esses recursos serviram de suporte para a investigação e possibilitaram compreender o que alguns autores discutem sobre o tema discutido neste trabalho. A fundamentação teórica baseou-se em estudos de autores como Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire, entre outros.

Para a ampliação desta pesquisa, busquei abordagem qualitativa dos dados por meio de entrevistas semi-estruturadas, o que me possibilitou obter informações sobre a história de algumas marisqueiras do distrito de Acupe. Assim, pude saber onde elas estudaram, onde nasceram, se seus familiares residem na comunidade, como foi a infância delas, o que sonham para o seu futuro e para o de seus filhos, quantos filhos têm, se sempre moraram em Acupe e se já trabalharam na mariscagem. As questões dessas entrevistas foram elaboradas com antecedência por mim e por minha orientadora, Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre.

Optamos por entrevistar cinco marisqueiras mais novas e quatro mais velhas, totalizando nove marisqueiras entrevistadas, com idades variadas. As mais novas encontravam-se na faixa etária entre 32 a 47 anos, e as mais velhas, na faixa etária entre 52 e

76 anos. A pesquisa foi realizada no período de 01/08 a 30/09/2024, com duração média das entrevistas de 3 a 4 horas, uma vez que as conversas, em alguns momentos, tomavam rumos diferentes.

Primeiramente, fiquei analisando como eu escolheria as entrevistadas. Nesse momento, já havíamos definido que iríamos entrevistar um grupo de marisqueiras mais velhas e outro grupo de marisqueiras mais novas, a fim de identificarmos se há mudanças geracionais significativas relativas ao trabalho na maré. Em seguida, fiz uma sondagem para saber qual seria o melhor horário para ir até a residência delas, pois sei que, a depender do horário, elas poderiam estar na lida do mangue ou cuidando dos afazeres domésticos, e não me recepcionariam como eu gostaria. Então, observei que, geralmente à tarde, algumas dessas marisqueiras sentavam à porta de casa para catar marisco ou para bater papo com as vizinhas, e isso acontecia todos os dias no mesmo horário, de quatro a cinco horas da tarde. Sabendo disso, já tinha um horário definido para fazer a entrevista.

Para realizar as entrevistas, preferir ir presencialmente, de casa em casa. Expus o motivo de minha ida até a residência das entrevistadas, informei do que se tratava a pesquisa e perguntei se estariam dispostas a participar. Em seguida, pedi autorização para que a entrevista fosse gravada e fiz questão de ressaltar que, em outro momento, estaria transcrevendo tudo aquilo que fosse dito por elas para o meu trabalho de conclusão de curso. Escolhi fazer a gravação para não constranger as entrevistadas, pois sabia que, entre elas, havia algumas trabalhadoras do mangue que não sabiam ler nem escrever, além de evitar a perda de qualquer conteúdo da conversa.

Foram feitas perguntas abertas, com o intuito de explorar informações mais detalhadas. Nosso objetivo era criar um diálogo espontâneo, sem que houvesse a preocupação de dar respostas certas ou erradas às questões. Nosso propósito, naquele momento, era fazer o diálogo fluir, para colher mais informações sobre o cotidiano delas. O questionário foi sendo respondida uma questão por vez, sempre respeitando o momento de fala das entrevistadas. A partir das entrevistas prontas, fiz a transcrição. Transcrevi tudo o que achei relevante para a pesquisa, sempre respeitando a fala delas, registrando na íntegra tudo o que foi dito.

Conforme destacam Jobim e Souza (2016, p. 103), “[...] a criação de nomes fictícios ou omissão de dados que possam servir de reconhecimento das identidades são questões que devem ser negociadas com os interlocutores”. Por isso, para não constranger ou expor a identidade das entrevistadas, priorizamos identificá-las apenas pela letra inicial de seus nomes. Entendo que, sem a participação delas, este trabalho não faria sentido. Também fiz questão de esclarecer para elas que não utilizaria seus nomes verdadeiros na pesquisa.

Das nove trabalhadoras do mangue, duas vivem com um salário mínimo, e sete vivem com menos de um salário mínimo. Apenas duas delas não nasceram na cidade de Santo Amaro, mas se mudaram para o Distrito de Acupe há mais de 18 anos. Três são católicas, três evangélicas, duas do candomblé e uma não tinha religião definida.

Segundo Godoy (1995, p. 28):

O trabalho de campo é o coração da pesquisa etnográfica, pois sem um contato intenso e prolongado com a cultura ou grupo em estudo será impossível ao pesquisador descobrir como seu sistema de significados culturais está organizado, como se desenvolveu e influencia o comportamento grupal.

Tive muita facilidade para conduzir o trabalho de campo, haja vista que sou fruto da comunidade e, por muito tempo, pratiquei o trabalho da mariscagem. Isso me ajudou a me familiarizar com essas marisqueiras e a dialogar com elas, assumindo o lugar de fala que me pertence, afinal, são todas minhas companheiras de luta.

Nessa perspectiva, este trabalho também pauta-se em trazer a autobiografia da autora, por fazer parte do grupo pesquisado e por possuir um amplo conhecimento de sua cultura e de sua história. Neste trabalho, cultura é um conceito empregado a partir da seguinte acepção:

Embora “cultura” possa ser conceituada a partir de diferentes perspectivas, conforme atesta o trabalho de Sanday, de uma maneira genérica é válido identificar a cultura como o conjunto de conhecimentos, crenças e idéias adquirido e utilizado por um grupo particular de pessoas para interpretar experiências e gerar comportamentos (Godoy, 1995, p. 28).

Depois da conclusão das entrevistas, tirei vários momentos do dia para fazer a escuta de cada áudio com paciência, analisando cuidadosamente cada fala. Esse processo exige do pesquisador uma atenção redobrada, para nada do que foi dito seja perdido.

As análises dos dados mostram que os saberes construídos na atividade da mariscagem são de suma importância para a formação identitária dos filhos e das filhas das marisqueiras do distrito de Acupe. Esses conhecimentos transmitidos de forma oral e prática extrapolam os espaços escolares.

3 AS MARISQUEIRAS DE ACUPE

Exercício de vida
Tarefa a empreitar
Vive a ciscar
Animal pelo mar.
Poli no lar
Aventureira, guerreira,
Marisqueira.
(Fiaz¹, 2022, p. 48).

As marisqueiras de Acupe são mulheres batalhadoras, esforçadas, que lutam constantemente. A mariscagem é uma profissão que carrego na memória como herança de meu pai, de minha mãe, de meu tio e de minhas avós. Eles nunca perderam a vontade de sonhar com um futuro melhor. De forma geral, as marisqueiras de Acupe têm o desejo de empreender no próprio município, mas infelizmente, não há investimento para melhorias na região.

A mariscagem é uma função que exige paciência. As marisqueiras vão à praia da Salina para fazer a coleta do bebe-fumo – um marisco que é retirado da areia da praia, com o auxílio de uma colher. Elas escavam a terra em busca do marisco. Alguns dias a pescaria não é boa e elas não conseguem pegar muita quantidade. Em média, quando o dia está favorável, colhem até três quilos. Faça chuva ou faça sol, lá estão elas.

O saber-fazer da mariscagem é extraordinário. Não precisa saber ler ou escrever para entender: só no bater da colher, as marisqueiras sabem identificar se o bebe-fumo está cheio ou vazio. Muitas vezes, a concha está fechada, mas vazia. Pelo som da ferramenta, percebem se o marisco está mais próximo da superfície ou mais profundo. São hábeis na coleta e profundamente ligadas à natureza.

A **figura 1** retrata o momento da mariscagem na praia da Salina. A fotografia apresenta o cotidiano das *marisqueiras* de Acupe, evidenciando uma marisqueira agachada ao chão, realizando a escavação da terra para encontrar o marisco. Ao seu lado, observa-se um balde quase cheio de marisco. A sua frente, encontra-se outro grupo de marisqueiras e crianças que também estão em atividade de mariscagem. Esse grupo, em específico, realiza a extração do marisco conhecido como **lambreta**, espécie também encontrada na praia da Salina. A prática de captura desse marisco é semelhante à do **bebe-fumo**, uma vez que as

¹ Domingos Fiaz é um escritor da comunidade, professor graduado em história, autor dos livros *Acupe Minha terra*, *Acupe em Citação* e *Rosto do Recôncavo*. Em 2012, ele lançou seu segundo livro, em cerimônia realizada na comunidade. Algumas dessas informações estão disponíveis em <https://aestoriadahistoria.blogspot.com/2012/09/domingos-fiais-lanca-seu-segundo-livro.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

marisqueiras escavam o solo da praia para alcançá-lo. A prática de captura é semelhante com a do **bebe-fumo**, as marisqueiras escavam o chão da praia para alcançar o marisco.

Figura 1 - Na maré, marisqueira fazendo a captura do bebe-fumo



Fonte: autoria própria (2024).

A vida das marisqueiras faz parte do contexto histórico da comunidade. Sua força e coragem são admiradas por muitos. Mesmo com uma rotina árdua, elas buscam tempo para se arrumar e estão sempre lindas, desmitificando o mito de que marisqueiras são desleixadas. Encontram forças para vencer os obstáculos e nunca perdem a alegria. A ida à maré também é um momento de distração. No caminho para o mar, vão conversando e contando casos, aproveitando o momento para pôr a conversa em dias.

A **figura 2** apresenta a praia da Salina, localizada em Acupe, distrito de Santo Amaro da Purificação, banhada pela Bahia de Todos os Santos e próxima à fazenda Oruabo. Trata-se de um local vasto em mariscos e manguezais, acessível por meio de passeios de barco ou por trilhas de estrada de barro a partir da praça principal de Acupe. Pelo trajeto de estrada de barro, o percurso tem aproximadamente 3 km. É um espaço ideal para quem busca contato com a natureza e que, de modo geral, é frequentado pela comunidade para a prática da mariscagem.

Figura 2 - praia da Salina em Acupe



Fonte: autoria própria (2024).

A extração na praia da Salina é feita por mulheres que saem em grupos. Não é necessário embarcação para chegar até lá, embora fique um pouco distante da comunidade. Ainda assim, é possível percorrer o trajeto a pé. O difícil é trazer o marisco de volta na cabeça, pois ele pesa muito. Mesmo que a marisqueira cave grande quantidade, nem sempre é possível trazer tudo. Elas levam alguns alimentos secos para passar o dia no mar. Geralmente, passam o dia com um tablete de biscoito e uma garrafa de água. Quando terminam de mariscar, fazem uma pausa para o lanche, que costumam compartilhar entre si.

Houve um período em que alguns vereadores disponibilizaram carroças com burros para transportar a carga das marisqueiras. Esses carroceiros recolhiam o marisco na Salina e o levavam de porta em porta, sem custo algum. Mas, por questões políticas, essa ação não durou muito, e as marisqueiras voltaram a carregar seus mariscos na força do braço. Essas mulheres são um exemplo de resistência e persistência. A cada dia, batalham por uma vida, mais justa e digna. Além da mariscagem, ainda cuidam do lar: limpam, lavam, passam, cozinham e ajudam nas tarefas escolares dos filhos. Essa é a rotina cotidiana das marisqueiras.

Há cerca de 20 anos, a situação financeira das marisqueiras do distrito era ainda mais complicada, principalmente para aquelas mães solas que tinham, em média, de seis a oito filhos. Foram tempos de muita luta e privação. As crianças, muitas vezes, eram privadas até de comer, pois as famílias precisavam ir à maré catar o marisco para vender na comunidade e, só depois, comprar alimentos. Na maior parte do tempo, as crianças faziam apenas uma

refeição por dia. Quando as mães percebiam que não teriam o que dar de comer, mandavam as crianças para a escola, para que pudessem se alimentar lá. Nem uma moradia digna a maioria tinha: as casas da época eram feitas de madeira e barro (“casa de barro”). Hoje, é raro encontrar construções assim na comunidade.

Segundo Dona Marizete, mãe de sete filhos e marisqueira da comunidade, já houve dias em que ela colocou as crianças para dormir para que não sentissem fome. Gostava quando podia mandá-las para a escola, pois sabia que lá iriam se alimentar. Mas ficava com o coração partido por não poder proporcionar uma vida melhor para seus filhos. Disse: “todos hoje vivem no céu”. Hoje, com a Bolsa Família e o seguro-defeso, todas podem ter uma vida mais digna. “A marisqueira pode comprar na venda fiado para pagar com o dinheiro da Bolsa Família. Naquele tempo, não tinha isso, não”. (Entrevista, 2023). O relato emocionante de Dona Marizete reflete a situação de milhares de famílias brasileiras que vivem em extrema pobreza e não são vistas pelo Estado.

O trabalho dessas mulheres é árduo, cansativo e perigoso. Muitas passam o dia inteiro expostas ao sol, correndo o risco de desenvolver câncer de pele. A fisionomia do rosto é marcada pela pele envelhecida, cujos danos são causados pela radiação solar – marcas adquiridas no exercício da profissão.

3.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ACUPE

Acupe, distrito de Santo amaro da Purificação (Bahia), está situado a aproximadamente 17 a 18 km da sede municipal. Entretanto, de acordo com algumas fontes históricas locais, a comunidade de Acupe estaria distante cerca de 16 km da sede de Santo Amaro, em uma viagem que pode levar de 25 a 30 minutos de carro. Vale salientar que o trajeto de 17 a 18 km é o cálculo de rota por estrada. Alguns pescadores da comunidade fazem o trajeto em uma viagem de aproximadamente 45 a 60 minutos por via aquática.

As **figuras 4 e 5** convidam os leitores a realizar uma viagem pelo distrito de Acupe por meio das fotografias. As imagens foram registradas a partir de um ponto alto da comunidade. Contudo, devido às condições climáticas do dia, o tempo estava nebuloso, o que impossibilitou a captura de imagens mais nítidas.

Figura 3 e 4 - Vista de Acupe



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Acupe é um município que pertence à cidade de Santo Amaro da Purificação. A maior parte da população local é constituída de pescadores e marisqueiras. A principal fonte de renda familiar é a pesca e a mariscagem. A mariscagem, em sua totalidade, é sempre realizada pelas mulheres que vivem na comunidade e que exercem essa atividade para levar o sustento de seus filhos para casa.

A comunidade quilombola de Acupe conta hoje com uma população cuja maioria vive da arte da pesca e da mariscagem. O distrito é rico em recursos naturais, tendo na maré e nos manguezais seu maior potencial. As coroas que se formam quando a água salgada da maré recua concentram muitos mariscos. Essas coroas abrigam crustáceos e moluscos, catados por marisqueiras e pescadores da comunidade e de regiões vizinhas. Como a área é extensa em manguezais e ilhas, pescadores de outras cidades circunvizinhas também vêm até aqui para extrair mariscos e praticar a pesca artesanal.

Em conformidade com o escritor Domingos da Hora Fiaz, a comunidade de Acupe surgiu no século XVI, no período colonial. Essa terra atravessou várias fases econômicas baseadas na escravidão, no cultivo da cana-de-açúcar, no plantio de café e de fumo e na exploração de mão de obra barata. Na época, a cidade de Santo Amaro era grande produtora de cana-de-açúcar, gerando riqueza para o local.

Figura 5 - Mapa de Acupe



Fonte: Google Maps²

Por ser um distrito, a renda local da comunidade de Acupe é gasta na cidade de Santo Amaro, uma vez que Acupe não tem serviços básicos como lotéricas e bancos. Não há políticas públicas de investimento que atendam às demandas da comunidade.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a comunidade de Acupe possui 6.760 habitantes. Assim, em um universo de 56.012 pessoas que residem no município de Santo

² Google Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-12.6624303,-38.6777606,12z?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI2MDUxMi4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 14 maio 2025.

Amaro³, autodeclararam-se quilombolas 6.936 pessoas, residentes nas comunidades de Acupe, São Brás e Cambuta.

Para a comunidade remanescente de quilombo, a terra tem um significado diferente: representa a vida, ancestralidade e resistência, habitada por um povo originário da África que segue em luta contra a desigualdade social. O território é um lugar de afirmação do povo que preserva seus costumes e os transmite de geração em geração.

O reconhecimento de Acupe como comunidade remanescente de quilombo é uma conquista fruto de muitos anos de luta. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 foi de suma importância para os povos remanescente de quilombo, pois estabeleceu novas diretrizes e caminhos para o reconhecimento desses grupos na sociedade, garantindo o direito à igualdade, sem distinção de raça, cor ou gênero.

Dentro da Constituição, constam inúmeros artigos que asseguram o respeito à diferença e a autonomia para conduzir seus modos de vida, “afastando” a hierarquização entre os grupos sociais. Ela também assegura que todos são livres sujeitos dos mesmos direitos e devem ser respeitados por isso. Especificamente sobre os direitos das populações remanescentes de quilombo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 afirma que esses grupos têm o direito à certidão de titulação de comunidade quilombola. O órgão responsável por essa emissão é a Fundação Cultural Palmares, que passou a emitir o documento em 2004. Depois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passou a realizar a titulação do território das comunidades originárias.

Conforme assegurado no artigo 68 da Constituição, no ato das disposições Constitucionais Transitórias, o quilombo Alto do Cruzeiro-Acupe, localizado no município de Santo Amaro/BA, recebeu a certificação da terra em 21 de outubro de 2010. Porém, houve um erro: como todas as reuniões ocorreram no Alto do Cruzeiro, toda a documentação veio com o endereço de lá, como se só o Alto do Cruzeiro fosse o quilombo. Isso não procede. Acupe é um só quilombo, que teve origem na Rua Vai Quem Quer – por isso o nome. Com a certificação, foi possível garantir a demarcação e o reconhecimento das terras ocupada pela comunidade remanescente de quilombo, protegendo o patrimônio Afro-Brasileiro.

Carregamos marcas e traços genéticos dos nossos ancestrais. O corpo fala por si só. Na dança da capoeira, os movimentos e o gingado ganham formas. A capoeira continua sendo recriada na comunidade como forma de resistência ao sistema, transformando nosso modo de

³ IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>. Acesso em: 14 maio 2026.

agir, de ser e reinventando a história, que sempre foi contada sob olhar eurocêntrico do europeu.

De acordo com Azevedo e Silva (2022, p. 822):

Nas culturas de matriz africana, aqui no Brasil, o uso do corpo, da oralidade, do axé, ancestralidade e outros mais, são bastante significativos e isso não inibe a presença tanto da Filosofia quanto da Ciência presentes nesses locais. Ao contrário, é de uma riqueza tamanha que para captá-las, senti-las, é necessário aprender a desaprender para poder aprender de um outro local e perspectiva.

A obtenção da titulação da terra, para as comunidades originárias, é poder manter a cultura e a história vivas. A terra e a comunidade têm laços de sentimentos que são preservados dentro da comunidade e repassados para os mais novos. O reconhecimento do povo quilombola é muito importante para assegurar a cultura de nossos ancestrais, porque não existe povo sem cultura, nem cultura sem povo. O povo é a manifestação mais viva de cultura que existe e existiu. Por meio da cultura, a comunidade acupense repassa a história, sendo eles os próprios protagonistas da história – história que se inicia no período escravocrata.

Segundo Ivonete Flora Conceição, atual presidente da Associação Remanescente de Quilombo de Acupe e Coordenadora Estadual do MPP (Movimento de Pescadores e Pescadoras), a associação foi instalada na comunidade em 14 de setembro de 2010. Por falta de recursos financeiros, a associação funciona na casa do Nego Fugido e ainda não tem um prédio próprio para atender às necessidades da comunidade. Em conversa com Dona Ivonete, ela relata que luta para chegarem benefícios para a comunidade e faz questão de levar as demandas da comunidade para Brasília. Veja o que ela fala do trabalho do MPP:

O trabalho do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) é ir para as lutas, para as incidências. Nós reunimos, discutimos as demandas da comunidade, os conflitos que acontecem na comunidade. Nós nos reunimos em Salvador para discutir as viagens para Brasília e para outras cidades e locais onde nós vamos lutar, onde nós vamos buscar direitos junto aos órgãos em Brasília que vamos confrontar.

O MPP é um movimento de Pescadores e Pescadoras, é um movimento muito grande e funciona a nível Nacional. Ele tem grande poder de busca e luta pelos objetivos da comunidade. Levamos as demandas da comunidade, levamos propostas de projetos que queremos que eles façam na comunidade pesqueira da pescadores artesanais. Quem decide quem leva as demandas somos nós do MPP.

Quando tem mudanças nas carteiras da pesca que prejudicam os pescadores e marisqueiras, somos nós que pedimos para eles reavaliarem a questão. De cada estado vai um representante. Nós reunimos com lideranças, cobrando as mesmas coisas. Através dessas ações conseguimos destravar o Defeso que foi suspenso em 2016, e o Bolsa Família que foi cancelada injustamente.

Somos nós que reunimos em Brasília em reunião Pública. Lá discutimos as problemáticas, pedindo a liberação dos benefícios, entre outras demandas. Teve o derramamento do petróleo e também a pandemia da Covid-19, aonde nós do movimento vamos para a luta em prol do pescador e da marisqueira, pedir para eles olharem a situação da comunidade. Não vamos lá pedir, mas sim determinar que eles façam alguma coisa pela comunidade. Já fizemos ocupações em órgãos, se for preciso o movimento ocupa lá em Brasília, até eles resolverem o problema de pescadores e pescadoras. (Ivonete Conceição, entrevista, 2024).

O trabalho que o movimento faz para a comunidade é importantíssimo para manter o modo de vida tradicional, principalmente para a atividade de mariscagem e de pesca. Esse movimento está em constante luta na conquista de direitos dos pescadores e marisqueiras, visando a uma qualidade de vida digna e à preservação desses grupos, que vivem em vulnerabilidade social, afetando diariamente o seu bem-estar próprio e o da comunidade.

Além disso, o grupo luta pela preservação das águas marinhas, como afirma a entrevistada:

Também faço parte de uma organização que o movimento criou para defender as águas marítimas dos grandes empreendimentos. Pedimos reparação pelo petróleo que caiu no mar no ano de 2020. Fomos a Brasília em buscas de respostas para o ocorrido. Essa tragédia completa 4 anos e nada foi feito em favor dos pescadores e pescadoras que sofreram com os danos.

Esse ano de 2024, retornaremos lá novamente. Eu vou representar a Bahia. O derreamento de petróleo não aconteceu em nosso mar, mas caiu na Bahia, em vários lugares. Tem companheiros nossos de comunidades remanescentes de quilombo que foram atingidos. O movimento fez uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto em busca de uma resposta dos órgãos competente. (Ivonete Conceição, entrevista, 2024)

Esse movimento luta também pela preservação de nossas ilhas, em especial a ilha da Coroa Branca, que sofreu uma brusca tentativa de apossamento da terra por parte de empresários que queriam privatizar a ilha para construções de *resorts*. Chegaram a desmatar grande parte dos manguezais e construíram grandes muros em volta da ilha. Mas a ação dos empreendedores foi embargada pela comunidade, que acionou o Ministério Público pela garantia de ter seus direitos preservados por um tempo, pois a disputa pelas terras continua correndo na justiça. Essa ação de apropriação inadequada da terra viola todo um modo de vida que está totalmente fundamentado na pesca e na mariscagem. Saberes advindos do saber-fazer, do saber-ser, adquiridos da pesca e da mariscagem estão se perdendo por causa da tomada indevida das ilhas.

As manifestações culturais são recriadas nas vivências e experiências dos antepassados. Nota-se que, na comunidade, o mês de julho é o mês mais agraciado pelos moradores, pois é o mês em que as manifestações culturais saem às ruas de Acupe para se

apresentarem, atraindo turistas e curiosos de diversos lugares. Eles vêm acompanhar de perto as apresentações que acontecem em todos os domingos do mês de julho e finalizam no segundo domingo de agosto, dia dos pais. A comunidade continua preservando sua cultura através das manifestações culturais. É válido ressaltar que algumas dessas manifestações são exclusivamente pertencentes à comunidade, não sendo vistas em outro lugar, como o Nego fugido e as Caretas de Palha.

Em termos culturais, portanto, as principais manifestações são o Nego Fugido, a Careta de Palha, a Burrinha, o Samba de Roda, o Mandú, o Bombacho, a corrida de canoa e outras. Todas possuem aspectos singulares entre si e compartilham vivências que são repassadas durante as apresentações e confecções dos personagens. Há todo um planejamento antes das manifestações saírem às ruas. O Nego Fugido, por exemplo, precisa de tempo para confeccionar as saias feitas de palha de bananeira. As Caretas de Palha precisam de papelão para fazer as máscaras, os moldes são feitos no barro branco. Tanto os Negos Fugidos quanto as Caretas de Palha usam saia feita da palha de bananeira.

As manifestações culturais de Acupe são a marca identitária do povo que se predispõe a manter viva a tradição. O conhecimento é repassado de forma oral. Percebe-se que a comunidade ainda preserva os saberes ancestrais e cria memórias nas crianças através das manifestações culturais e dos contos. De certo modo, os mais velhos se tornam um suporte para o conhecimento, educando através da crença, do valor e do respeito à diversidade. Repassam o saber não científico, que não é ensinado no banco da escola. Os mais velhos contam que a história das Caretas começou quando um escravizado se mascarou para participar de uma festa que acontecia no povoado e, para não ser pego pelo feitor, usou o acessório para se disfarçar e aproveitar o festejo.

Além dos saberes transmitidos pelos mais velhos e mobilizados a partir das manifestações culturais, há muito conhecimento ensinado oralmente a partir das principais atividades profissionais de Acupe: a pesca e mariscagem.

3.2 PROFISSÕES DA MARÉ

O laço
 Lá vai ele
 Na decadência da remação
 Formando um som
 Submisso aos movimentos
 Das marés
 Trabalha na vazante
 Descansa na enchente
 Senhor doutor conhecedor
 E respeitador dos ventos
 Caçador do mar
 Homem falante
 Gigante
 Caçoísta, gastador!
 Nobre pescador.
 (Fiaz, 2021, p. 65).

Fazendo um breve levantamento dentro da comunidade, nota-se que uma parte dessas mães marisqueiras são mães solas, que não convivem diretamente com os pais das crianças. São mulheres guerreiras, determinadas, que assumem o papel de pai e de mãe com uma carga exaustiva de trabalho. O trabalho delas é realizado de acordo com horário da maré. Começa bem cedinho, junto ao nascer do sol. Quando a maré é “cedeirinha”, elas acordam bem cedo para ir aos manguezais fazer a extração dos mariscos (sururu, ostra, taioba, aribi, bebe-fumo e crustáceos como: caranguejo, siri e outros).

Na fala das marisqueiras e pescadores da comunidade, a maré é “cedeirinha” quando a atividade tem início às 4 ou 5 horas da manhã. Esse é o horário em que eles deixam o lar para realizar a atividade de mariscagem e retornam por volta das 8h30 ou 09h da manhã. Eles também falam que a maré está “tardeira” quando saem para fazer a extração um pouco mais tarde, por volta de 10 ou 11 horas da manhã, retornando por volta das 2 ou 5 horas da tarde. É um serviço que ocupa todo o dia, pois, quando chegam da mariscada, têm que colocar o marisco no fogo e depois fazer o processo de catagem desses mariscos. A catagem é sempre feita em família.

As figuras 6 e 7 apresentam imagens **do bebe-fumo** em dois estágios. A figura 6 ilustra o marisco após o processo de cozimento, enquanto a figura 7 mostra o marisco antes desse processo. Observa-se que, na figura 8, os mariscos encontram-se todos fechados.

Figura 6 e 7 - Bebe-fumo



Fonte: elaborado pela autora (2024).

As imagens 8 e 9 apresentam o sururu, um molusco que vive na lama do mangue, em águas salgadas. A espécie permanece enterrada na lama, deixando a parte superior exposta, o que dificulta sua captura, uma vez que possui coloração escura e se camufla no ambiente, cuja tonalidade é semelhante à do molusco. Entretanto, além dos manguezais, esse marisco também pode ser encontrado em rio de água salobra ou salgado. Internamente, o sururu apresenta um fruto de coloração amarelada. Nas imagens, observa-se ainda que, na figura 9, o marisco já passou pelo processo de cozimento.

Figura 8 e 9 - Sururu



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A ilustração 10 apresenta o siri após o processo de cozimento. Na imagem, observa-se o marisco disposto em um recipiente conhecido, em Acupe, como bacia de lavar roupa, além de uma faca de sete tostões e uma panela pequena de alumínio contendo uma quantidade de carne de siri já catada e separada das cascas. Esses objetos constituem as principais ferramentas utilizadas pelas marisqueiras para a catação do siri, ou seja, para a separação da carne da casca. No distrito, esses crustáceos são pegos por meio de artes de pesca conhecidas como monzuás.

Figura 10 - Siri após do processo de cozimento



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A figura 11 mostra imagens da parte interna e externa do crustáceo, conhecido, em específico, como ostra de mergulho. Como o próprio nome indica, trata-se de uma ostra capturada em mares de água salgada, sendo necessário que o pescador ou a marisqueira realize mergulhos em profundidade que variam de dois a três metros para a coleta do marisco. Entretanto, também existem ostras encontradas nos galhos do mangue, geralmente, de menor tamanho, as quais recebem a denominação de ostra do mangue.

Figura 11 - Cascas de ostras



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A figura 12 apresenta a taioba após o processo de cozimento. Entretanto, na comunidade de Acupe, esse marisco é conhecido pelo nome de tarioba. A taioba aparece em areias de praias de água salgada e, para sua captura, pescadores e marisqueiras utilizam as mãos para escavar a terra e encontra o marisco. Contudo, é preciso conhecer previamente o local onde o crustáceo se encontra. Nos pontos em que há presença do marisco, costumam surgir pequenos buracos na areia, indicando sua localização. Esses buracos pequenos são denominados, pelos pescadores e marisqueiras, como “olhos”.

Figura 12 - Taioba após do processo de cozimento



Fonte: própria (2024).

Não tem como desassociar o pescador da marisqueira. Falar do pescador é falar da marisqueira e vice versa. Na maioria dos lares acupense, há pelo menos um pescador e uma marisqueira ativa. Poderia afirmar que a marisqueira é “uma marisqueira e um pescador” em uma só pessoa, pois, afinal, ela cuida do pescado que o familiar leva para casa. Quem cuida diretamente do pescado pode ser considerado um pescador indireto. Portanto, na cadeia produtiva da pesca, elas atuam em todas as etapas.

Conforme destaca Moreno (2016), “a pesca artesanal no Brasil é marcada pela diversidade e complexidade de sujeitos, ambientes, pescados, embarcações, técnicas e artes de pesca, assim como pelo modo de vida das comunidades”. Essa rotina de trabalho é bem perceptível na comunidade, desde a saída até a chegada no porto. O porto é um cais onde os pescadores e marisqueiras se reúnem para ir ao mar. Em volta do cais, foram construídas algumas casas de taipa, nomeadas pelos pescadores de tijupá. Esses tijupás serviam como guardatórios dos instrumentos da pesca: as redes, remos, motores, e outros equipamentos eram deixados lá. Já os barcos e as canoas ficam no próprio cais à espera dos pescadores e marisqueiras. A canoa e o barco são os principais meios de transporte utilizados pelos pescadores para se mover até o mar. Aos poucos, o remo foi perdendo espaço para os

motores. Há uns 20 anos, os pescadores iam ao mar remando sua canoa com o auxílio de um remo feito de madeira, levando a embarcação de um lado para o outro no mar.

As figuras 13 e 14 apresentam imagens do porto de Acupe. Trata-se de um porto que funciona como um tipo de cais, destinados ao embarque e desembarque de pescadores e marisqueiras, além de servir como ponto de venda dos pescados.

Figura 13 e 14 - Porto da comunidade de Acupe



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Atualmente, são poucos os tijupás que existem à beira do cais. A falta de espaço para moradia fez com que esses tijupás desaparecessem. Hoje, nesses lugares, foram construídas casas de alvenaria que abrigam famílias de pescadores, que se apossaram das terras de seus pais, avós ou parentes. Mas o porto continua lá. Afinal, é lá que os comerciantes ficam à espera desses mariscos, compram dos pescadores e marisqueiras e revendem em outros lugares ou dentro da comunidade. Assim como os tijupás, os remos aos poucos estão perdendo seu espaço. Os pescadores e marisqueiras estão substituindo o instrumento por motores manuais, que funcionam à base de gasolina e não requerem tanto esforço físico para o manuseio. Sem contar que, com os motores, a viagem se torna bem mais rápida.

Ainda em concordância com Moreno (2016), afirmo que a prática da pesca e da mariscagem envolve todo um conhecimento de mundo. Pois, mesmo que os pescadores e a marisqueira não saibam ler nem escrever, sabem se comunicar com a natureza. Sabem dizer se a maré está enchendo só pelo movimento do vento e da maré. Sabem mapear o mar de um jeito todo especial. Usam uma linguagem típica de pescador e marisqueira. São termos utilizados por eles no desempenho de suas tarefas, como: cederinha, tardeira, vento soaeiro (para indicar a posição do vento), vento fresco (para dizer que a maré se aproxima), “invernou” (sinal de muita chuva), entre outros. São saberes adquiridos de suas vivências na execução de suas funções:

[...] cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da “profissão”. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao pescador se reproduzir enquanto tal. Esse controle da arte da pesca se aprende com “os mais velhos” e com a experiência (Rios; Germani *apud* Diegues, 2004, p. 87).

Esses saberes tradicionais, em sua maioria, são passados de geração em geração. São saberes ensinados e aprendidos ainda na infância.

Pescadores e marisqueiras estão totalmente ligados aos fenômenos da natureza. Eles conseguem entender o comportamento de alguns mariscos, do vento, do mar, e do tempo. Marisqueiras, ao adentrar nos manguezais para exercer seu trabalho de extração do sururu, conseguem estabelecer um entendimento da maré pelo comportamento do marisco. Se o sururu estiver com a boca aberta e um pouco suspenso da lama, quer dizer que a maré está enchendo e é chegada a hora de retornar para casa. Ou, quando começa a aparecer um monte de sururu, quer dizer também que a maré está enchendo, pois, segundo as marisqueiras, esse marisco só apresenta esse comportamento quando a maré está enchendo.

A comunidade de Acupe é restritamente pesqueira e, por isso, muitas pessoas, em geral os jovens, deixam o distrito para procurar emprego nas cidades vizinhas. Grande parte desses jovens é incentivada pelos próprios pais a deixar a comunidade, pois não querem que seus filhos sigam a profissão deles. Sabem que, em Acupe, não há muitas oportunidades de trabalho qualificado e, se os filhos ficarem no município, vão se tornar mais um pescador ou marisqueira da comunidade.

Atualmente, Acupe possui a colônia Z- 27 e a Associação Ouro do Mar de pescadores. As associações e a colônia foram instaladas na comunidade a fim de lutar coletivamente pelos direitos de pescadores e marisqueiras.

É sabido por todos que pescadores e marisqueiras têm o direito garantido por lei a receber o seguro-defeso. Segundo a Lei 8.213/1991, o pescador artesanal é um segurado especial, a quem são concedidas quatro parcelas de um salário mínimo, pagas a cada mês. Os meses de pagamento estão mencionados no texto abaixo. Essas parcelas são pagas no tempo em que o segurado especial fica proibido de praticar a pesca artesanal. Ainda de acordo com a lei, esses profissionais têm que exercer ativamente a pesca artesanal e fazer dela sua única fonte de renda familiar. Durante o período de defeso, o assegurado especial fica impossibilitado de exercer a pesca artesanal, em especial a pesca do camarão branco e do camarão legítimo.

No Distrito de Acupe, a pesca artesanal é suspensa duas vezes ao ano. No período de 15 de abril a 15 de maio e de 15 de setembro a 15 de outubro, fica proibida a pesca desses crustáceos. Essas etapas são resguardadas para garantir a proteção e a preservação das espécies marinhas. Nos meses mencionados, ocorre o processo de reprodução das espécies, em que os crustáceos liberam seus ovos e, em poucos dias, viram camarões – os pescadores chamam esse momento de “período de desova”.

Nessa fase, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) faz inspeções no mar para que não haja pesca de forma indevida. Os pescadores que forem pegos pelo órgão exercendo a pesca artesanal terão seus equipamentos de pesca apreendidos e poderão pagar multas por desobediência. Assim, o benefício pago a esses profissionais garante a dignidade da pessoa humana, uma vez que esse dinheiro assegura a sobrevivência digna dos beneficiários.

Vale destacar que, até o ano de 2010, as marisqueiras de Acupe não recebiam o seguro-defeso. O benefício só era pago aos pescadores do sexo masculino. Esse impasse provocou uma não valorização do trabalho dessas mulheres, que exerciam a pesca, mas não eram reconhecidas por parte do governo. Na época, os presidentes das associações

explicavam para essas mulheres que quem poderia receber o seguro-defeso eram os homens, porque eles pegavam o camarão branco e o camarão legítimo.

Segundo as autoras Hellenbrandt, Rial *et al.* (2016), todos que vivem exclusivamente da pesca, de forma direta ou indireta, tem o direito de receber o benefício. Isso inclui a mulher que vai ao mar fazer a extração do marisco, a cuidadora dos pescados de seus familiares, o consertador de rede, o consertador das embarcações: todos fazem parte do programa de seguro-desemprego para pescadores artesanais. Um salário mínimo é garantido ao pescador artesanal, e o poder público deve assegurar o pagamento do benefício pelo tempo que durar a proibição da pesca, aos pescadores que atendam aos requisitos estabelecidos em lei.

4 NARRATIVAS DE MARISQUEIRAS

Esta seção tem como objetivo apresentar as narrativas das mulheres marisqueiras da comunidade de Acupe, para que suas vozes sejam ouvidas. Para isso, entrevistei essas mulheres⁴ para levantar informações sobre a rotina de trabalho. O quadro 1 evidencia algumas das informações obtidas durante as entrevistas:

Quadro 1 - Marisqueiras de Acupe/ Santo Amaro - BA

NOME	IDADE	Função
T1	56	Ex marisqueira aposentada, mas auxilia no catado
J2	76	Ex marisqueira aposentada, mas auxilia no catado
S3	52	Marisqueira
C4	47	Marisqueira e inteira a renda prestando serviço três vezes na semana como faxineira
L5	35	Marisqueira e estudante; complementa a renda com a venda de rifas
L6	32	Marisqueira e inteira a renda com a venda de roupas
A7	33	Marisqueira, e dedica o tempo vago ao filho autista
F8	53	Marisqueira e inteira a renda com o catado do siri
R9	34	Marisqueira e complementa a renda com o catado do siri

Fonte: própria (2024).

Todos os relatos foram de extrema importância para compreender a realidade de cada uma. Durante as entrevistas, percebe-se que a maioria das entrevistadas sonha em ver os filhos formados e trabalhando fora da comunidade. Vale salientar que todas as entrevistadas são moradoras do bairro, algumas nasceram e foram criadas ali, e as que não são já vivem na localidade há mais de 20 anos.

⁴ Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas, todas serão representadas pelas iniciais de seus nomes. No decorrer das narrativas vão aparecer L fazendo perguntas a L5 E L6 isso porque as iniciais das entrevistadas coincidiram com a inicial da autora da pesquisa.

Antes de iniciar as análises das entrevistas das marisqueiras, as quais representam as mulheres da comunidade, segue a minha autobiografia, haja vista que também sou marisqueira e filha da maré.

4.1 AUTOBIOGRAFIA

Sou Lilian dos Santos da Silva, marisqueira, negra e pescadora artesanal do Distrito de Acupe. Nasci na cidade de Santo Amaro da Purificação/BA, tenho 36 anos, sou casada e mãe de um filho. Sou filha de Dona Marizete e de Seu Antônio Jacinto.

Dona Marizete também é marisqueira e pescadora artesanal, mãe de seis filhos. Viveu parte da sua infância na cidade de São Francisco do Conde/ BA e, há 40 anos, reside no Distrito de Acupe. Atualmente, sobrevive da arte da pesca e da mariscagem. Frequentou a escola, mas precisou abandonar os estudos para trabalhar com os pais e ajudar na renda familiar. Mais tarde, dedicou-se a cuidar dos filhos e do lar, e não retornou a escola.

Dos seis filhos, dois se mudaram para Salvador, buscando oportunidades de trabalho e uma vida melhor para suas famílias, pois tudo no Distrito é muito limitado. Até a educação particular é restrita. O Município possui uma escola particular, nas públicas, em todos os anos os professores efetivos entram em greve, a qual dura de três a quatro meses sem ter aula.

Antônio Jacinto foi nascido em Barreiros/ PE. Veio para a Bahia em busca de emprego e não retornou à cidade natal. Atualmente, reside no Distrito de Acupe. É pai de seis filhos, casado e trabalha como soldador.

Durante anos exerceu a pesca artesanal e conseguiu concluir o ensino médio. Pela falta de vaga de trabalho, precisou se adaptar à realidade do município e aprender a tirar o sustento da família na maré e nos manguezais. Como sua mulher já era marisqueira e conhecia as artimanhas da pesca e da mariscagem, ela foi ensinando ao marido como capturar os mariscos. Hoje, ele trabalha como soldador e aguarda a aposentadoria, mas fala que pensa em exercer novamente a pesca artesanal para não ficar sem fazer nada.

Eu nasci e me criei no Município. Tive uma infância boa, porém, passei por muitas dificuldades econômicas. Com o pai desempregado e a mãe ganhando muito pouco, precisei aprender muito cedo a lidar com a fome, com a ausência de brinquedos novos e com falta de roupas.

Lembro que meu pai fazia nossos brinquedos. Apesar das dificuldades, ele sempre foi amoroso e dedicado. Eles nos davam o melhor dentro das possibilidades. Meu pai construiu um parquinho no quintal de casa, com gangorras, roda girante, escorregador e um sobe-desce.

As bonecas e os bonecos ele produzia usando frascos vazios de magnésia, um frasco azul com tampa branca. Nós os chamávamos de “Mané gostoso.” Até casca de melancia virava brinquedo. Era tudo tão perfeito que nos esquecíamos das bonecas e dos brinquedos comprados de fábrica.

Em um momento desesperador, meu pai resolveu entrar em uma fazenda privada para pegar mangas e nos alimentar. Porém, foi surpreendido pela dona da propriedade, que chamou a polícia e mandou prendê-lo. Ele foi levado à delegacia e passou o dia preso. No dia seguinte, foi liberado, mas essa cena nunca saiu de minha memória. Depois que passou, foi até engraçada toda aquela situação.

Meus pais sempre fizeram questão de que estudássemos. Fiz toda a educação básica na rede pública municipal do distrito de Acupe. Na educação Infantil, estudei em uma creche de tempo integral. Depois cursei o ensino fundamental, mas sempre tive dificuldades de aprendizagem. Não havia acompanhamento familiar nas tarefas, pois meus pais tinham uma rotina muito corrida. Na época, eles passavam o dia catando dendê para fazer azeite e vender, como uma forma de conseguir renda extra. Era uma vida muito corrida, não havia tempo para nada.

Curvei o 1º ano do ensino médio, mas, na metade do ano letivo, resolvi abandonar os estudos e fui para Salvador trabalhar como babá para ajudar nas despesas de casa. Fiquei longe da escola por cerca de dois anos. Depois retomei os estudos e concluí o ensino médio em 2011. Fiz o curso de Magistério e, desde então, despertei interesse pela docência. Minha turma foi a última turma do curso de Magistério da Escola Estadual Castro Alves de Acupe.

Desde os 13 anos trabalho nos manguezais. Comecei indo com meus pais e depois passei a ir com as vizinhas. Aprendi a extrair todos os tipos de mariscos. Sempre precisei trabalhar para ajudar meus pais. Eles nunca me obrigaram, mas eu via as dificuldades deles e queria ajudar.

Quando eu conseguia comprar roupa, um creme ou uma sandália nova com o meu dinheiro, já era um gasto a menos para eles. Sempre preferi estudar no turno vespertino, pois assim dava tempo de mariscar de manhã e ir para escola depois. Mas eu chegava muito cansada e não absorvia bem os conteúdos. Por isso, repeti a 5ª série em diversas ocasiões. Assim, por conta da idade e do atraso escolar, a escola me colocou no Mais Aceleração, que permitia fazer duas séries em um ano letivo.

Quando meu filho nasceu, parei de mariscar, pois não tinha com quem deixá-lo. Mas não deixei de exercer a mariscagem. Comecei a comprar siri para catar em casa. Era uma correria, porque eu precisava cozinhar o marisco no fogo de lenha enquanto olhava meu filho.

Ele sempre ficava por perto nesses momentos. Hoje ele tem 8 anos, mas naquela época tinha apenas 2 aninhos. Ficava ali apreciando tudo, e qualquer descuido que eu desse, ele ia abanar o fogo ou pegar o siri com mãos, sem saber que o crustáceo podia morder, como já tinha acontecido várias vezes. Ele chorava, ficava quieto e depois voltava e fazia novamente.

Em 2017, tive a oportunidade de trabalhar como auxiliar de classe em uma escola Municipal do Distrito. Foi aí que conheci outra realidade fora do mangue e me apaixonei pelo trabalho. Então, resolvi estudar para me aperfeiçoar e ingressei em uma faculdade particular. Fiz até o 5º semestre do curso de pedagogia, mas não consegui concluir, pois não pude mais pagar as mensalidades. Foi no período da pandemia da covid-19, e tudo ficou ainda mais difícil.

No ano de 2019, ouvi falar da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Nunca tinha ouvido falar dessa faculdade antes. Descobri que poderia estudar lá gratuitamente. Fui buscar mais informações. Uns primos meus já tinham conseguido vaga por lá e me contaram que eu poderia entrar pela cota de remanescentes de quilombo. Eu sabia que Acupe era quilombo reconhecido pela Fundação Palmares.

Busquei todas as informações necessárias e fiz a inscrição. Além dos documentos que comprovam meu pertencimento ético, tive que escrever uma autobiografia que seria analisada para uma pré-aprovação.

Escrevi tudo sobre minha vida acadêmica e familiar. Inclusive, destaquei que já tinha tentado fazer faculdade particular e, por dificuldades financeiras, não pude concluir.

Logo fui chamada para fazer uma prova que decidiria meu ingresso. Graças a Deus, deu certo. Optei por cursar Letras - Língua Portuguesa. Na verdade, queria ter escolhido pedagogia, pois gosto muito da educação Infantil. Hoje, no finalzinho do curso, tenho a certeza de que fiz a escolha certa.

Quando concluir a graduação, pretendo fazer mestrado na área da educação e passar em um concurso público. Quero atuar na área, visando a uma qualidade de vida melhor para mim e para meu filho e ter estabilidade financeira.

Sei que Acupe não me dará muitas oportunidades de emprego, pois para conseguir um cargo nas escolas do município, o funcionário tem que ter indicação de vereador ou do prefeito, e não precisa nem ser graduado na área, basta ser indicado por eles. Não é isso que almejo para meu futuro. Penso em ter um emprego que me dê estabilidade financeira, visando à garantia do emprego. No meu município, trabalhar pela prefeitura é complicado: se o vereador briga com o prefeito, no outro dia os funcionários que conseguiram emprego pela

indicação daquele vereador são colocados para fora sem nem uma justificativa, trabalhando dez ou vinte anos e saindo sem direito a nada.

Hoje meu filho estuda na rede municipal do distrito, mas quando eu me formar e conseguir um emprego pretendo transferi-lo para uma escola particular. Sei que o ensino público de minha comunidade é defasado e não vejo expectativas de melhorias. Os profissionais daqui são colocados para trabalhar por indicação. Há professores atuando em sala de aula que só fizeram a formação geral, sem experiência alguma no magistério formal.

Quando a criança não é alfabetizada corretamente, isso pode comprometer a aquisição de outras aprendizagens. Com certeza, essas crianças terão maior probabilidade de reprovação e evasão escolar. No futuro próximo, vou mandar meu filho para a cidade de Salvador para estudar e trabalhar. Sei que aqui ele não vai poder crescer em uma carreira profissional fora da realidade de Acupe.

4.2 NARRATIVAS DAS MAIS VELHAS

As entrevistas revelam diferenças geracionais importantes. As marisqueiras mais velhas enfatizam a resistência e a sobrevivência.

Suas narrativas mostram como a mariscagem garantiu o sustento das famílias e a continuidade da cultura local.

Apresento dona T1, mãe de seis filhos, marisqueira residente no distrito de Acupe. Atualmente, ela é aposentada por tempo de contribuição, pois ela trabalhou no mangue durante muitos anos e, do mangue, sempre tirou o sustento de seus filhos. Atualmente, ela ajuda os filhos a catar os mariscos e cuida dos netos no período em que seus filhos saem para a pescaria.

(T1) *“Gosto de mariscar, pena que não posso ir mais. Ao longo do tempo, adquiri problemas de saúde por causa da lama do mangue e das quedas que tomei nos buracos de caranguejos que ficavam escondidos entre a folhagem do mangue”.*

Ela ainda relata que, quando seus filhos eram pequenos, sofreu muito porque tinha um marido abusivo que batia muito nela. Ele era muito ciumento, cansava de sair para pescar e deixava-a trancada dentro de casa com os filhos. Ela explica: *“Naquele tempo não tinha esse negócio de Maria da Penha”.*

Depois que os filhos ficaram adultos, ela se separou dele e hoje vive sozinha cuidando de sua família. Segue um trecho de nossa conversa para melhor conhecermos T1:

L – Onde você nasceu? E sua família... de onde é? Onde sua família vive hoje?

T1: Nasci em Candeias, e minha família é de lá também. Morei uns anos no Bangala e depois nós mudamos para Acupe há muitos anos. Pode dizer que sou filha daqui, né? Vim para cá quando era muito pequena e aqui construí toda a minha vida. Alguns dos meus parentes ainda residem em Candeias e em Camaçari.

L – Como foi sua infância?

T1: Trabalhei muito na roça ajudando minha avó. Colhia quiabos para vender na feira de Santo Amaro. Toda segunda ia para a feira vender os produtos que tirava da roça. Isso foi no Bangala. Em Acupe, minha vida toda foi mariscar. Pegava ostra, bebe-fumo, sururu, aribi. Tinha vezes que colocava um punhado de farinha na boca e ia para a maré. Tinha vez que saía e voltava debaixo de chuva. No manguê parece que a chuva nunca passa, porque mesmo quando a chuva passa as folhas continua escorrendo água.

L – Onde estudou em Acupe?

T1 – Menina, faz tanto tempo que nem lembro mais, mas estudei pouco. Lembro que estudei um tempo pelo programa do TOPA (Programa Todos pela Alfabetização).

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

T1 – Muito. Era de segunda a domingo trabalhando na maré para sustentar os filhos e criar os filhos, né? Aí não tinha quase tempo para nada. Os minutinhos que tinha eram para lavar roupa, cuidar das crianças e ir para a maré novamente. Não tinha descanso. Trabalhei muito, muito na maré.

L – E o futuro de seus filhos?

T1: Não quero que meus filhos tenham o futuro que eu tive. Trabalhei em roça, em maré, e não quero isso para eles. Eles estão estudando para ter o melhor, né?

Dona T1 tem lembranças sofridas de sua vida de casada e me fez refletir como a mulher, durante anos, vem sofrendo com a violência doméstica. A mulher, muitas vezes, aceita a situação porque não quer que os filhos vivam sem a presença do pai ou por questões financeiras, como foi dito pela entrevistada: *“Eram seis crianças pequenas. Se eu o largasse, como ia criar todas sozinhas?”*

Por sua vez, Dona J2 é viúva, foi casada informalmente quatro vezes, teve dois filhos do primeiro relacionamento e cinco filhos do penúltimo casamento. Hoje, é aposentada pela pesca e não trabalha mais na maré. Teve que ir para a cidade de Salvador com nove anos de idade para trabalhar como empregada doméstica. Lá, viveu muitos anos de sua vida. Trabalhou em várias casas e teve sua mão de obra explorada por muito tempo, pois o que os

patrões lhe pagavam era muito pouco, mal dava para mandar ajuda para sua mãe que morava na cidade de São Francisco do Conde: *“Éramos muito pobres, então eu e minhas irmãs tivemos que trabalhar desde cedo. Não tinha nem tempo para estudar”*.

Dona J2 nunca frequentou a escola, mas me relatou que sempre teve vontade de aprender a ler: *“Aposentei-me e parei de trabalhar na maré. Hoje em dia ando doente, não posso ir à maré de maneira nenhuma. Se eu quiser comer um marisco, tenho que comprar”*.

A seguir, será reproduzido um trecho da entrevista realizada com Dona J2:

L – Onde você nasceu? E sua família... De onde é? Onde sua família vive hoje?

J2: Nasci em São Francisco do Conde, no distrito de Burgalinha. Minha família é toda de São Francisco do Conde. Não tenho mais pai nem mãe. Meus filhos moram: uma metade em Acupe, outra metade em Salvador, e uma em Curitiba.

L – Como foi sua infância?

J2: Comecei a trabalhar cedo. Com nove anos, fui trabalhar como doméstica em Salvador. Meu pai trabalhava em uma fazenda, não tinha condições. Aí ele me deu a uma mulher, mas a mulher me maltratava muito. Aí eu fugi dessa casa, no Cabula, e fui trabalhar em outra casa como babá. Depois retornei para São Francisco do Conde e depois me mudei de vez para Acupe.

L- Onde estudou em Acupe?

J2: Nunca fui para escola não, nem em Acupe nem em São Francisco do Conde.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

J2: Trabalhei muito na maré depois que vim embora para Acupe. Criei meus filhos todos na maré. Eu ia com as mulheres para a maré. Levava merenda, mas o tempo não dava nem para merendar. Se parasse para merendar, não ia pegar a mesma quantidade de marisco. Trazia a merenda de volta - era pão, era bolacha. Ia para o sururu, quando chegava ia esquentar o marisco, catar para depois sair na rua para vender.

Maré cedera eu levantava cinco horas da manhã, tomava um gole de café, deixava as meninas dormindo. Quando a mais velha levantava, fazia o café e dava às irmãs. Quando eu chegava da maré de cinco horas, era dez, onze horas da manhã. Maré tardeira, saía dez, onze horas, chegava da maré cinco horas da tarde. Mandava as meninas mais velhas vender o marisco na rua depois de catado. Naquele tempo, um quilo de sururu vendido não dava nem para comprar... Era tão baratinho que não dava para comprar nada. Quando era no outro dia, tornava ir novamente, o mesmo processo. Trabalhei muito no sururu e no bebe-fumo. Criei meus filhos tudo assim.

L – E o futuro de seus filhos?

J2: Meus filhos tudo é pescador, nenhum tem profissão diferente dessa, não tem estudo. Agora, espero que meus netos tenham um futuro melhor, porque todos eles estudam, né? Já tem o futuro que eu não tive, que nunca estudei. E meus filhos... o pai morreu muito cedo, então eles foram trabalhar na maré para ajudar a criar os irmãos.

O relato de Dona J2, mais uma vez, remete à realidade da maioria da comunidade. Tanto ela quanto os filhos tiveram o direito básico à alimentação violado, uma vez que, em vários momentos, ela relata diversas situações em que teve que ficar horas ou dias sem se alimentar junto com seus filhos. As crianças tiveram vários de seus direitos negados: não frequentaram a escola, passaram fome, e até o momento de lazer deles foi substituídos por horas exaustivas dentro do mangue para ajudar nas despesas familiares.

A outra entrevistada, dentre o grupo de marisqueiras mais velhas, é Dona S3. Ela é uma moradora da comunidade, tem uma filha e sempre foi mãe solo. Ainda quando jovem, teve sua primeira e única filha, mas, por questões financeiras, teve que dar sua filha para sua madrinha criar. Quando a filha já estava adulta, retornou para morar com ela, pois a madrinha faleceu e ela escolheu retornar à casa da mãe biológica: *“Não queria abrir mão de minha filha, mas foi necessário. Se não, ia morrer as duas de fome. Naquela época eu não trabalhava, nem uma casa eu tinha. Hoje me arrependo, mas sei que foi o melhor para ela”*.

Agora, reproduzo alguns trechos da entrevista que fiz com Dona S3:

L – Onde voce nasceu? E sua família ... de onde é? Onde sua família vive hoje?

S3: Eu sou marisqueira, nascida e criada em Acupe. Minha mãe me teve na maternidade de Santo Amaro da Purificação. Minha família, metade é de Salvador e a outra metade é de Acupe. As mais novas estão todas indo embora para salvador, aqui não tem nada.

L - Como foi sua infância?

S3: Minha infância foi assim: saía para a maré para mariscar, quando chegava ia ajudar minha mãe a fazer peixe. Ela trabalhava em Santo Amaro vendendo peixe no meio da feira. Eu ficava em casa para colocar os peixes na roda e colocar ao sol para secar.

L – Onde estudou em Acupe?

S3: Estudei na Escola Municipal de Acupe e no Centro Educacional Municipal de Acupe, mas não concluí os estudos.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

S3: Trabalhei muito. Ia para a maré, cavava meu bebe-fumo. Quando enchia o balde, vinha para casa esquentar e catar para depois vender. Gostava também de tirar ostra e sururu. Desde meus 14 anos que ia para a maré com mainha ou com as vizinhas.

L – E o futuro de sua filha?

S3 – Quero que ela termine os estudos dela aqui em Acupe e depois vá para fora trabalhar, tendo um emprego digno para ela viver bem.

Muitas marisqueiras da comunidade, além de irem ao mangue extrair os mariscos, também compram peixes dos pescadores para secá-los ao sol. Depois, esses peixes são

vendidos nas feiras livres. Peixes como sardinha, xangó, miroró, e outros são salgados e colocados em rodas feitas com cipó. Em frente às casas, há sempre uma roda dessas de peixe exposta para a secagem.

Nesse sentido, a ilustração 15 mostra como algumas marisqueiras da comunidade realizam o cuidado com o pescado. Esses peixes, geralmente, são comercializados em feiras livres.

Figura 15 - Peixe secando ao sol



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Entrevistei também a Dona C4, que é filha de pai pescador e mãe marisqueira, e desde pequena conhece as técnicas da mariscagem. Sempre atenta aos ensinamentos dos seus pais, ela afirma que:

(C4) “Tudo que sei hoje da maré aprendi com os meus mais velhos. Eu via eles fazendo e ficava observando. Depois, fazia igual e via que dava certo. Tinha dias que ia para a maré com minhas vizinhas. No mangue, cada uma segue sua direção em busca do marisco. Tem horas que você olha para um lado e para o outro e não vê nada além de mangue. Só quando a maré está enchendo que as companheiras vão se encontrando, porque é chegada a hora de ir embora” (Entrevista, 2024).

Por meio da observação, C4 aprendeu a mariscar e a dominar a arte. Para ela, o mangue é o meio pelo qual garante o sustento dos filhos. Mesmo prestando serviços de diarista três vezes na semana, ela garante que a mariscagem é de onde tira a maior parte de sua renda. Seguem trechos de sua entrevista:

L – Onde voce nasceu? E sua família ... de onde é? Onde sua família vive hoje?

C4: Nasci em Santo Amaro. Minha família mora metade em Salvador e outra metade em Acupe. Vive uma parte em Salvador e outra em Acupe. Algumas pessoas que moravam aqui foram morar lá.

L - Como foi sua infância?

C4: Minha infância foi daquele jeito, né minha irmã? Ia para a maré desde meus doze anos com meus pais. Depois tive que ir para sustentar meus filhos, porque engravidei muito cedo e tive que largar os estudos para ir trabalhar. E você sabe que o único trabalho que Acupe tem é a maré. Mas sempre segui firme para dar o melhor a cada um deles. A mariscagem é um trabalho cansativo e prazeroso para quem exerce. Que pena que nosso marisco não é valorizado. Querem pagar pouco no quilo de marisco. Só quem vai buscar sabe o trabalho que dá para encher um balde de sururu para formar um quilo.

L – Onde estudou em Acupe?

C4: Estudei na Escola Municipal Coronel José Antonio Torres e na Escola Municipal Santa Rita.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

C4: Muito, né? Sururu, ostra, bebe-fumo. Olha... Quando não tinha ninguém para ir para o mangue pegar o sururu, eu ia para o bebe-fumo lá na Salina. Quando ia para o mangue, pegava um pouco de sururu e um pouco de ostra. Quando o mangue não tinha muito sururu, pegava ostra para não perder a viagem. Importante era vir com o marisco para casa, né não, minha filha?

L – E o futuro de seu filho?

C4 – Que eles estudem, se formem e arrumem um trabalho bom fora de Acupe. Não quero que eles sigam a profissão de pescador ou marisqueira.

Aquela que narra não concluiu os estudos. Infelizmente, essa é a realidade da maioria das marisqueiras. Das nove entrevistadas, duas concluíram o segundo grau e somente uma está cursando o ensino superior. A falta de habilitação para o exercício de outras atividades no mercado de trabalho impossibilita o acesso a postos mais qualificados.

F8 é mãe de seis filhos, convive com seu companheiro e é marisqueira residente da comunidade. Durante a entrevista, ela falou que é associada da Colônia de pesca Z27 desde 2011, mas que ainda não se aposentou porque não tem tempo de contribuição exigido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). É preciso salientar que todas as entrevistadas são

cadastradas nas associações de pesca e todas recebem o Seguro-Defeso para pescador artesanal. A seguir, serão destacados alguns trechos da entrevista realizada com a senhora F8:

L – Onde voce nasceu? E sua família ... de onde é? Onde sua família vive hoje?

F8: Eu nasci aqui em Acupe mesmo. Minha mãe me teve em casa. Naquele tempo, boa parte das mulheres dava à luz em casa com a ajuda da parteira. Minha família é de Acupe, mas hoje uma metade mora em Salvador e a outra aqui

L - Como foi sua infância?

F8: Ah, minha infância foi difícil, mas nunca passei fome, graças a Deus. Meus pais eram agricultores, tinham roça. Plantavam de tudo um pouco: era aipim, batata, limão, laranja, quiabo... Eu gostava de ir para a roça com meu pai quando criança. Lá brincava com outras crianças e tomava banho de rio.

L – Onde estudou em Acupe?

F8: Estudei na Escola Municipal Coronel José Antônio Torres e no Centro Educacional Municipal de Acupe.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

F8: Como já tinha falado antes, quando criança auxiliava meu pai na roça. Só comecei trabalhar na maré quando fui morar com meu marido. Nessa época, eu tinha uns 17 anos, e de lá para cá estou na labuta do mangue. Penso que o mangue ainda é mais exaustivo do que a lida da roça. Na roça você descansa embaixo das árvores e não tem preocupação com o horário da maré, porque sabemos que, quando a maré enche, não dá para pescar mais nada.

Sempre vou à maré acompanhada de minhas conhecidas ou vizinhas. Mas, na verdade, comecei a ir para ajudar meu marido nas despesas de casa. Durante a mariscagem, já passei por cada situação. Teve uma vez que fiquei perdida no mangue durante horas sem achar o caminho da saída. Minha sorte foi um pescador que me viu gritando no mangue e foi me socorrer. Se não, estava lá até hoje procurando a saída (risos).

L – E o futuro de seus filhos?

F8: Ah, para meus filhos sempre vou desejar o melhor, né? Quero que eles arrumem um bom emprego, porque, graças a Deus, todos os seis já concluíram o segundo grau. Agora só falta uns fazer cursos para se qualificar e entrar no mercado de trabalho.

Ao longo da conversa, notei que F8 organiza sua rotina diária de acordo com o horário da maré. Ela tenta deixar a casa organizada antes de sair para o mangue, que não tem um horário fixo. Ou seja, o tipo de maré – quando está cheia ou vazia – determina a hora de encerrar o trabalho e voltar para suas casas. Vai ter dia que a maré vai amanhecer enchendo. Vai ter dia que vai encher bem mais tarde. Tudo gira em volta da maré e do clima. Esse acontecimento também foi observado nos relatos de outras marisqueiras mais jovens.

4.3 NARRATIVAS DAS MAIS JOVENS

Entrevistar as marisqueiras mais jovens foi importante para compreender como os saberes da mariscagem são transmitidos entre gerações e como cada geração percebe a relação entre a maré e a educação.

As marisqueiras mais jovens reconhecem a importância do mangue, mas expressam o desejo de que seus filhos tenham acesso a oportunidades ampliadas por meio da educação formal.

Esse desejo não significa rejeição da cultura tradicional. Pelo contrário, representa a busca por melhores condições de vida sem abandonar as raízes culturais.

Dona L5 de 35 anos é uma trabalhadora do mangue da comunidade de Acupe. Fui a sua casa e conversamos sobre suas experiências na área de extração De mariscos e mariscos vida na comunidade. Ela confidenciou que nasceu na cidade de Santo Amaro, estudou no Distrito de Acupe, na rede pública. Houve um período em que foi morar na cidade de São Francisco do Conde. Lá continuou os estudos, mas não concluiu, chegando até o 7º ano. Relatou que, desde criança, o mangue faz parte de sua existência. Atualmente, reside na comunidade e tem uma filha de 14 anos que, segundo ela, teve que criar sozinha: *Criei sozinha com a força de meu trabalho, que aprendi com meus pais. Do mangue tirei meu sustento e o dela*”.

Dona Lian foi mãe aos 18 anos: *“Trabalhei na maré, catei muito marisco, por conta de eu ter tido filha cedo, com 18 anos”*.

Hoje, os familiares dela moram metade na cidade de São Francisco do Conde e outra metade no distrito de Acupe. Aquela que narra expressa algo relativo à sua experiência individual, mas também sobre sua experiência no contexto familiar. Sua expectativa para o futuro é ver a filha viver uma realidade diferente, quando terminar os estudos, pois conhece de perto a vida difícil da comunidade que vive da pesca.

Durante a entrevista, percebi que Dona L5 fala da infância com muita alegria, mas, ao mesmo tempo, expressa uma enorme tristeza quando relata que já passou muita fome nessa vida e recorda do pai com um brilho no olhar:

L - Como foi sua infância?

L5: Tive uma infância boa, mas com muitas dificuldades, às vezes até horas de fome. Meu pai é pescador, tinha tempo que nem sempre a maré dava, dia dava, dia não dava. Tinha vezes que a gente tinha que dormir sem se alimentar. Quando a maré era ceder, ele chegava da maré e acordava nós às 9 ou 10 horas da noite pra comer alguma coisa. Foi uma infância meio que difícil.

L – E o futuro de seus filhos?

L5: O futuro que quero pra minha filha é... Que ela estude, conclua os estudos, faça um curso, futuramente uma faculdade, que tenha um trabalho bom, um trabalho digno. Esse é o futuro que eu quero pra ela.

Ela relata que, na infância, ajudava seus pais a catar os mariscos que eles traziam para casa: *“Desde criança aprendi a cuidar do pescado de meu pai. Fui aprendendo a cuidar do pescado observando como meu pai e minha mãe faziam pra tirar os mariscos da cocha.”* Demonstra saudade do tempo de antes, mas não pensa em continuar trabalhando nos manguezais.

Na comunidade, os cuidados com os mariscos são sempre realizados em família. Isso é bem perceptível na região. Quando saímos às ruas de Acupe, notamos que, na frente das casas, há sempre um grupo de pessoas fazendo a catagem de mariscos. Tem mulheres mais novas, crianças e mulheres mais velhas executando a tarefa. Elas enchem as bacias de siri e se sentam na porta de casa. Muitas sentam na bacia do siri pela manhã e só terminam à noite. Quando fui à casa dessas entrevistadas, metade delas estava sentada na frente de casa fazendo a catagem de alguns mariscos. Duas delas estavam catando o siri, duas estavam catando sururu, uma tratando peixe que tinha recebido do filho e uma catando bebe-fumo.

Em conversa com elas, pude ouvir sobre suas experiências, vivências, saudades do tempo vivido, suas dores, sofrimentos e perspectivas para o futuro. Porém, em alguns momentos, as conversas tomaram rumos diferentes da pesquisa, mas foi necessário para entender a realidade de cada uma.

Embora todas sejam pescadoras artesanais, cada uma experiencia vivências diferentes. Durante as narrativas, percebi que as marisqueiras com mais idade se abrem mais para falar de suas histórias pessoais. Já as mais novas se fecham mais. Das entrevistadas, três são mães solas, uma viúva e quatro são casadas e convivem com os companheiros.

A figura 16 exhibe uma marisqueira e suas duas filhas sentadas em frente à casa realizando a catação do siri. Na mesma imagem, observa-se um motor de pesca movido a gasolina utilizado pelos pescadores para conduzir a embarcação ao mar.

Figura 16 - Marisqueira catando siri em frente à porta de sua residência



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Quando fui conversar com dona R9, catadora de mariscos do Distrito de Acupe, ela estava na frente de casa catando siri com sua filha e sobrinha. Conversei com ela sobre o objetivo de minha pesquisa e iniciamos a entrevista ali mesmo, em volta da bacia do siri.

Ela veio para o distrito ainda na adolescência, conheceu seu esposo, se casaram e tiveram dois filhos, uma menina e um menino: *“Mas, pra eles chegaram até aqui, eu e o pai deles passamos muitas labutas no mar e em terra.”* Desde da adolescência, a mariscagem faz parte de sua realidade. Em terra, ela cata o siri que o esposo pesca e cuida dos afazeres da casa: *“Cato pra complementar a renda da família. O dinheiro de meu esposo só não daria para tudo.”*

À medida que Dona R9 foi narrando sua história, descobri que, ainda quando criança, morava em Cachoeira com seupaie seus oito irmãos. Sua mãe morreu quando ela tinha um ano e 11 meses de vida. Depois do falecimento da mãe, passou a morar com o pai e a avó paterna. Fala da infância com dor na alma, pois relembra várias vezes da mãe, fala dela com os olhos cheios de lágrimas e expressa sentimento de saudade e imagina como seria se a mãe não tivesse morrido. Estudou os anos iniciais na cidade de Cachoeira, mas não concluiu os estudos. Quando se mudou para Acupe, não retomou a escola formal: *“Quando cheguei aqui comecei a trabalhar e não liguei pra retomar os estudos.”* Seguem alguns outros trechos da entrevista de R9:

L – Onde voce nasceu? E sua família ... de onde é? Onde sua família vive hoje?

R9: Nasci em Cachoeira. Minha família é de Cachoeira, uma metade mora lá e a outra em Acupe.

L – Onde estudou em Acupe?

R9: Não estudei em Acupe.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

R9: Sim, trabalhei por muito tempo na maré. Às vezes, saía 5 horas da manhã, era de acordo com a maré vazando. É um trabalho que depende muito de esforço físico e força de vontade pra poder ganhar o sustento. Era enfrentando essas dificuldades que eu conseguia levar o sustento. Mesmo meu esposo trabalhando, não era suficiente e foi assim por muitos anos.

L - E o futuro de seu filho?

R9: Ver eles formados, realizando os sonhos deles.

Dona R9 também relata que, há uns anos atrás, os manguezais eram mais fartos. Você encontrava marisco à vontade em qualquer parte. Hoje, tem mangue que quase não tem nada. Ela pensa que vai chegar um tempo que os mariscos vão sumir de vez, e quem vai ser prejudicado com isso serão ser as mulheres que tiram seu sustento dali. “*Antigamente era tempo de fartura, qualquer mangue desse aí por perto tinha marisco.*”

Por sua vez, A.C7 é filha de uma trabalhadora do mangue da comunidade de Acupe. Seu pai é pescador, residente do distrito, mas desde pequena ela conviveu com a ausência dele. O pai deixou sua mãe quando ela e a irmã ainda eram crianças. Na entrevista, relatou que ele nunca contribuiu com as despesas dela e da irmã. Sempre foi a mãe pra tudo. “*Minha mãe foi mãe e pai ao mesmo tempo, porque ela criou as duas sozinhas. Ela sempre trabalhou na maré.*” A seguir, serão reproduzidos outros trechos da conversa que tive com A.C7:

L - Onde você nasceu? E sua família... De onde é? Onde sua família vive hoje?

A.C7: Nasci em casa, em Acupe. Depois fui levada pra maternidade na cidade de Santo Amaro da Purificação. Toda minha família é de Acupe. Alguns parentes moram em Salvador, e minha irmã mora em Recife, foi trabalhar lá.

L – Como foi sua infância?

A.C7: Independente de começar a trabalhar cedo, eu tive uma infância maravilhosa! Tive a infância de toda criança que mora no interior. Brincava na rua, subia em pé de árvore e tomava banho na maré quando o viveiro estava cheio. Foi uma infância digna. Fui privilegiada de morar num lugar tão rico. Só de lembrar dá saudade.

L – Onde estudou em Acupe?

A.C7: Estudei nas escolas públicas, municipais e estaduais. Quando criança, passei pela Creche Ana Sirone, pela Escola Municipal Santa Rita, pelo Centro Educacional de Acupe, e, por último, no Colégio Estadual Castro Alves.

L – Você trabalhou na maré? Conte sua história

A.C7: Como minha mãe trabalhava na maré, quando fiz 10, 11 anos comecei a mariscar. Tive que começar cedo pra ajudar minha mãe nas despesas. Adoro trabalhar na maré. No dia a dia, gosto de tirar sururu. É cansativo, né? Gosto quando a maré está cedeira. Cedinho, tem que sair 4 horas, vai até a maré ficar tardeira. A gente vai pro a mangue, quando chega vai escaldar, catar, embalar, e vender. A vida é assim, um pouquinho cansativa, mas é gratificante, né? Amo o que faço e que Deus nunca deixe faltar marisco lá pra eu ir buscar.

L – E o futuro de seu filho?

A.C7: Oportunidade de estudar, se formar, depois fazer uma faculdade, ter um bom salário e ter uma vida feliz, digna e honesta.

O relato de Dona A.C7 mostra as dificuldades que muitas mães marisqueiras⁵ da comunidade enfrentam pra criar seus filhos por conta própria. É possível notar que há muitas mães solas, principalmente aquelas com menos de 30 anos de idade. As que se declaram casadas, em sua maioria, não oficializaram a união em cartório, nem possuem documentos que provem a união estável. Durante as entrevistas, observei que as mulheres que se declararam casadas são evangélicas e, por questões religiosas, oficializaram o casamento.

Outra entrevistada é Dona L6, que é residente da comunidade, mãe de dois filhos, convive com seu companheiro, pai de seus filhos. Assim como muitas meninas da comunidade, foi mãe muito cedo. Teve que abrir mão de seus sonhos para trabalhar e cuidar dos filhos e do marido. Sua vida tomou um rumo diferente do que sonhava. Segundo ela, sua primeira gravidez foi aos 18 anos: *“Meu sonho era ser dançarina, mas engravidei, tive dois filhos e aí as coisas foram mudando. Como eu tive que trabalhar desde cedo, muitas coisas não me ajudaram a chegar onde eu queria. Mas como nunca é tarde, né? Pra realizar nossos sonhos, eu tô sempre correndo atrás”*.

Seguem outros trechos da entrevista com L6:

L - Onde você nasceu? E sua família... De onde é? Onde sua família vive hoje?

L6: Nasci em Santo Amaro da Purificação. Minha família reside, uma parte em Acupe, no distrito de Santo Amaro, e a maioria em Salvador, Bahia.

L - Como foi sua infância?

L6: Minha infância foi dividida entre trabalho, brincadeira e estudo. Com oito anos de idade, comecei a mariscar, ia com minha avó. Trabalhava, estudava e fazia parte de uma banda marcial que tem aqui em Acupe. Minha história de vida foi assim,

⁵ As marisqueiras são trabalhadoras artesanais. Elas usam ferramentas como ganchos, facas, foices, ferro com ponta afiada e colheres como as principais ferramentas de trabalho.

uma vida que naquele tempo não era como hoje, né? Hoje muitas coisas estão mais fáceis, mas naquele tempo era tudo mais difícil. Muitas vezes eu ia pra coleta, saía 4 horas da manhã e, quando chegava, ainda tinha que ferventar o marisco, catar e vender. Minha mãe também ia pro mangue e nós tínhamos que sair pra vender esses mariscos. Quando chegava em casa, ainda tinha que fazer comida. Comer. Então, a vida da gente era muito, muito mesmo difícil.

L – Onde estudou em Acupe?

L6: Estudei em Acupe, no CEMAC (Centro Educacional Municipal de Acupe), no Castro Alves e na escola Municipal de Acupe. Inclusive, conclui o segundo grau no Castro Alves.

L – Você já trabalhou na maré? Conte sua história

L6: Trabalhei na coleta de mariscos desde meus 8 anos. Minha mãe não tinha condições de me dar tudo aquilo que eu precisava, então tive que trabalhar desde cedo pra conquistar minhas coisas e comprar o que ela não podia me dar. Mesmo assim, trabalhava e estudava. Hoje sou formada e estou fazendo faculdade na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira).

L – E o futuro de seus filhos?

L6: Quero que eles se formem e arrumem um emprego bom fora daqui, porque aqui só tem trabalho na maré. Não quero que eles trabalhem no mangue, isso não é futuro pra ninguém.

5 PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO FORMAL

Nesta seção, discute-se como a educação escolar quilombola não pode ser dissociada da educação quilombola, bem como a necessidade de pensar a educação formal para além dos processos de escolarização, evidenciando que os conhecimentos não se limitam aos espaços escolares.

5.1 EDUCAÇÃO FORMAL: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA X EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Quando se fala em educação, muitas pessoas associam essa palavra exclusivamente à escola ou à escolarização. Diante disso, questiona-se: Será que a educação é adquirida apenas no espaço escolar? Segundo Brandão (1988):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. . [...] (Brandão, 1988, p. 7).

Assim, a educação pode ser compreendida como um processo de transmissão de conhecimentos que vai além do processo escolar e do processo de escolarização. Desse modo, a educação ocorre tanto nos espaços de educação não formal quanto no de educação formal, sendo ambas imprescindíveis para a construção da educação escolar quilombola.

A educação está além do ensino formal. É um processo constante de aprendizado e transformação que ocorre nas relações sociais, nas lutas populares e nas práticas do dia a dia. É uma troca de ensinar e aprender, as quais são importantes para a construção do pensamento crítico.

“A educação do homem existe por toda parte e, muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa” (Brandão, 1988, p. 7). Dessa forma, a educação faz parte das interações humanas e é algo inerente ao ser humano, faz parte de sua natureza. Ela existe independente da classe social.

A educação surge na vida do ser humano desde o seu nascimento. Segundo Brandão (1988), seja na rua, na escola, em casa, nas brincadeiras ou no trabalho, a educação vai estar sempre presente em nossas vidas, de uma forma ou de outra, ou de várias formas, ela sempre

vai acontecer: “[...] não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante [...]” (Brandão, 1988, p. 9).

Com certeza, a educação existe sem escolas. Um exemplo disso é a educação quilombola, que é dada pela comunidade e tem sua própria concepção de educação. Nesse modelo, o importante é passar os conhecimentos e manter os valores culturais e históricos da comunidade.

As comunidades têm formas próprias, ou seja, pedagogias próprias para ensinar os seus jovens e as suas crianças. Em quase todas as comunidades quilombolas, os jovens e as crianças são ensinados a pedir a bênção aos mais velhos, a respeitar as tradições, a participar das manifestações culturais e a respeitar os encantados. A terra e o território, para nosso povo, têm um significado diferente: nossas terras são o lugar de afirmação, o lugar de resistência e de persistência.

Em conformidade com Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire, essa troca de saberes e experiências podem ser compreendidas como educação popular, entendida como aquela educação que se constrói a partir das experiências concretas dos sujeitos e de suas vivências cotidianas. Desse modo, a comunidade cria e recria uma educação a partir de suas necessidades, de tal forma que ela é desenvolvida a partir de sua verdade, de suas experiências, de suas vivências.

Nesse sentido, concorda-se com Brandão (1988, p. 10), ao afirmar que “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade [...]”. Sendo a educação uma representação do modo de vida do povo, ela não permanece estática. As coisas mudam e o povo acompanha essas mudanças. As culturas e as tradições sofrem mudanças ao longo do tempo. Porém, nas comunidades quilombolas, essas mudanças são feitas a partir dos saberes dos mais velhos. É como uma escola da vida, em que o conhecimento é transmitido através do ensinamento de quem sabe e de quem conhece há mais tempo a comunidade. “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender.” (Brandão, 2002, p. 26). Portanto, as comunidades quilombolas constroem suas próprias formas de educação, baseando-se nos saberes ancestrais e na valorização da cultura.

Não existe um único modelo de educação para toda nação, visto que todo ser humano vivencia esse processo na prática, pelo próprio cotidiano, na sua interação com o mundo. As

pessoas convivem umas com as outras e o saber é construído com aqueles que sabem juntamente com os que não sabem, aprendendo a fazer.

As crianças estão no desenvolver de sua vida: elas entendem, imitam veem, observam e aprendem com a sabedoria que flui no próprio ato de saber fazer determinadas funções. Desse modo, a educação vai existir em qualquer lugar ou espaço, pois ela faz parte da construção das relações sociais. Então, ela vai existir em toda a sociedade, seja transmitida na modalidade formal ou informal:

Em todo o tipo de comunidade humana onde ainda não há uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, e onde o exercício social do poder ainda não foi centralizado por uma classe como um Estado, existe a educação sem haver a escola e existe a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras e da vida (Brandão, 1988, p. 32).

Quando se limpa a casa, quando se cata o marisco, quando se planta alguma coisa, quando se realizam rituais de cura ou quando se contam histórias, essas situações criam experiências de aprendizagem que levaremos ao longo da vida. Essas situações acontecem na troca entre pessoas e entre pessoas e natureza, na troca de experiências. Todos esses acontecimentos são regidos por regras, valores e símbolos que se diferenciam a depender do grupo social a que esse indivíduo pertence.

É evidente que o professor/educador não é e não pode ser o único detentor do saber, uma vez que as crianças não adentram no espaço escolar vazias de conhecimentos. Elas carregam consigo uma diversidade de saberes adquiridos na comunidade, incluindo tradições, legados ancestrais e práticas locais. Esses aprendizados são importantíssimos para a construção de sua identidade e para sua inserção na sociedade.

Retomando a pergunta inicial desse texto, ou seja, “será que a educação é adquirida apenas no espaço escolar”, afirmo que esse pensamento está ligado ao processo histórico enraizado de que a educação formal é o único meio para alcançar a escolarização. Isso ocorre porque, até hoje, as experiências, os aprendizados e os conhecimentos adquiridos por meios não formais não são valorizados nem reconhecidos como deveriam pelos órgãos competentes. Embora atualmente haja uma maior valorização dessas experiências por parte de algumas comunidades escolares que entendem que o aprendizado ocorre em contextos diferentes, essa percepção da valorização está mudando lentamente. Ainda há muito a ser feito para que os conhecimentos informais sejam efetivamente reconhecidos e preservados nas instituições de ensino.

Diante disso, entende-se que há um distanciamento entre o que está previsto na legislação e o que acontece na prática escolar. É notável que a Lei nº 10.639/03, a qual estabelece as diretrizes e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, é importante para reconhecimento e a valorização desses saberes. No entanto, é preciso atentar para a forma como esses conhecimentos vêm sendo trabalhados no espaço escolar. Em muitas escolas, ainda se observa a manutenção da prática de celebrar a história e a cultura afro-brasileira apenas no dia 20 de novembro, descontextualizando o seu significado político, histórico e educativo.

Nesse sentido, o professor não pode ser o único mediador do conhecimento. Isso pode significar uma perda da oportunidade de compartilhar experiências e promover trocas de conhecimentos entre professor e aluno, e entre os próprios alunos. Como afirma Brandão, “a educação popular sempre foi uma terra de ninguém, para ser de todos” (Brandão, 2002, p.13). Valorizar esses conhecimentos mostra-se indispensável para o crescimento do aluno, sobretudo na troca com seus saberes e experiências. Quando o aluno se sente envolvido na aula, o aprendizado torna-se mais significativo, possibilitando novas abordagens e contribuindo para a construção de um pensamento crítico e transformador.

É fato que a educação escolar quilombola é uma educação diferenciada. Para ocorrer de forma clara, objetiva e significativa, ela deve se apoiar na educação quilombola, uma vez que não existe educação escolar quilombola sem que se conheça o território, sem entender o jeito como aquelas crianças aprendem, sem conhecer quais são os valores e os conhecimentos que aquela comunidade valoriza e deseja para as futuras gerações. Assim, a comunidade torna-se parte essencial do processo educativo, em conformidade com os princípios da Lei nº 10.639/03, ao garantir uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural e histórica do povo negro.

Na comunidade quilombola de Acupe, a educação quilombola começa bem cedinho. As crianças são inseridas nas atividades de pesca e mariscagem ainda bem novinhas. Muitas meninas da comunidade acompanham as mães no trabalho de mariscagem. Lá, elas aprendem, observando os adultos, a capturar o marisco e repetem o ato.

Essa prática requer conhecimentos, habilidades e estratégias de subsistência. Sobreviver dessa arte não é nada fácil, por isso, é preciso conhecer bem o local de trabalho. Como a atividade é realizada no mangue, requer alguns cuidados para entrar e sair do local, pois o mangue esconde vários perigos. Quantas vezes as trabalhadoras do mangue são surpreendidas com o ataque do peixe caramuru, um tipo de peixe-cobra que ataca quando a

marisqueira, sem querer, pisa em seu ninho que fica embaixo das raízes aquosas na lama do mangue. É um peixe que ataca quando se sente ameaçado, com mordidas bem dolorosas.

Em outras situações, nos deparamos com jibóias enormes que ficam aos pés do mangue; ostras que ficam soterradas na lama e causam cortes profundos nas mãos; buracos enormes na lama que chegam a engolir metade do corpo. Enfim, é preciso aprender as artimanhas da profissão com os ensinamentos dos mais velhos.

Uma pessoa de fora da comunidade não vê os manguezais com o mesmo olhar do morador, o qual enxerga significado no lugar, pois é dali que tira seu sustento e gera sua renda. No meio de tanto manquezal, há toda uma narrativa sobre a comunidade, em um contexto em que se preservam os saberes, continuidade do modo de vida, do modo de ser. No mangue, aprende-se não só a capturar o marisco, mas também a conhecer as artimanhas do espaço. Aprende-se, sem o uso da tecnologia, a conversar e entender os comportamentos dos mariscos. Afinal, no mangue tudo tem seu significado.

No decorrer da profissão, aprendemos a identificar, com os ensinamentos dos mais velhos, quais manguezais são propícios para a mariscagem. Se o mangue é muito arenoso e seco, ele não é adequado para ter mariscos. Se estiver com muitas marcas de pés, quer dizer que foi já foi trabalhado e não possui uma quantidade significativa de mariscos.

Mas também é importante saber como entrar no mangue, para não perder o caminho de volta. A dica dos mais antigos é sempre seguir o rego de água da maré: ele sempre vai desaguar em alguma coroa de terra firme, fora do mangue, ou marcar o trajeto com galhos de mangue para se guiar na volta.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Básica Escolar Quilombola foram instituídas pela Resolução CEB/CNE nº 8, de 20 de novembro de 2012. Elas garantem que o estudante quilombola que precise estudar em outra cidade, fora do seu território tradicional, tenha uma educação que valorize e respeite sua origem quilombola.

Em 1988, através da resolução nº68/2013, o povo quilombola conquistou o direito de ter uma educação escolar quilombola, ou seja, escolas quilombolas montadas e estruturadas nesses territórios. Essa modalidade de ensino foi criada para atender às necessidades e especificidade desses estudantes. O documento intitulado “Resolução MEC Nº4, de julho de 2010”, no artigo 41 do mencionado documento, estabelece regras de como deve funcionar a educação escolar quilombola nas comunidades tradicionais do Brasil. Segundo o art. 41:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu

quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Ou seja, ele assegura que esses estudantes possam ter uma educação que reconheça e valorize sua cultura e sua história. Sabemos também que não adianta ter escolas montadas nesses espaços se elas não atendem às necessidades dos estudantes. Cada quilombo tem sua especificidade e, por isso, o professor deve conhecer bem o território, a cultura e a trajetória desses estudantes, para que assim ele integre esses conhecimentos nas suas práticas educativas, ajudando a preservar a identidade quilombola e preparando esses estudantes para o futuro, sem perder sua identidade étnico-racial em meio às demais identidades.

Tendo em vista a comunidade quilombola de Acupe, o que vemos hoje são escolas instaladas em territórios quilombolas, mas que não atendem às necessidades desses alunos. Primeiro, porque em todas as sete escolas de Acupe há professores de outras cidades ali trabalhando, sem sequer conhecer a realidade desses alunos. Embora o artigo 48 da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 afirme que é preferível que o professor que atue em escolas quilombolas seja oriundo da própria comunidade, isso não acontece no distrito por questões políticas – isto é, na maioria dos casos, os docentes e o corpo gestor passam a atuar em uma dada escola em função da indicação do grupo político no poder municipal, de tal forma que a qualidade da educação não é priorizada, mas, sim, as estratégias eleitorais. A comunidade de Acupe conta com um quadro significativo de professores do local que não trabalham na educação escolar do município pelos mesmos motivos políticos.

Nesse contexto, questiona-se: como um professor que não conhece a realidade da comunidade vai desenvolver uma pedagogia própria para esses alunos, se ele utiliza o mesmo currículo e as mesmas atividades de uma escola tradicional? Essa, infelizmente, é a realidade do nosso município atualmente.

Diante dessa situação, nota-se que a identidade cultural e histórica da comunidade só é trabalhada na escola durante as celebrações do Nego Fugido, ou seja, do mês de julho até o segundo domingo de agosto, quando se encerram as apresentações. Pois, como já mencionado anteriormente neste trabalho, esses são os meses em que as manifestações culturais da comunidade saem às ruas para se apresentarem, ganhando visibilidade dentro e fora da comunidade.

As comunidades escolares só procuram os grupos culturais para fazer apresentações ou palestras nesses dois meses. Fora isso, a cultura da comunidade fica invisível nesses espaços que deveriam ser de acolhimento e valorização da cultura local. Contudo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola na Educação Básica (2012):

Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir de valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definindo nos projetos político-pedagógicos”. (Brasil, 2012, p. 34).

Os saberes da pesca e da mariscagem não são incorporados ao currículo escolar. Essas profissões só são mencionadas nas aulas quando se aborda conteúdo sobre as ocupações existentes no mundo, ou quando é necessário preencher algum documento na escola e se pergunta à criança a profissão da mãe ou do pai. Assim sendo, as manifestações culturais não têm espaço nas escolas, restringindo o conhecimento da nossa cultura, da nossa história, da nossa identidade apenas aos espaços informais. Reforço ainda que esses saberes são de suma importância para conhecermos a história do nosso território. Por isso, é necessário conciliar esses aprendizados da educação formal e não formal nas aulas.

Sabemos que, muitas vezes, a própria Secretaria de Educação limita a forma como os professores devem abordar os temas locais em aulas. Não há respeito pelo processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o conhecimento de mundo dos estudantes não é trabalhado no espaço escolar. Sendo assim, questionamos: porque trabalhar as tradições da comunidade de forma tão folclorizada, sem se importar com o que realmente a comunidade quer aprender, sem saber o que cada um deseja para o futuro? Porque não incluir a comunidade no projeto político-pedagógico da escola e tomar decisões conjuntas, de forma a melhorar a qualidade do ensino, sempre pensando na especificidade da comunidade quilombola?

Conforme a Diretriz Curricular Nacional para a educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no artigo 1º da resolução do MEC de 2012, podemos compreender como funciona a educação escolar quilombola, conforme descrito no artigo 1º:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se: a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.

Promover uma pedagogia que abarque a diversidade significa entender a importância da memória que vem tanto pelo território geográfico quanto pelo corpo, pela linguagem que se conserva na lembrança, respeitando os diversos conhecimentos transmitidos pela tradição oral. Conforme salienta o artigo 11: “A escola de Educação Básica é o espaço em que se

ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.” (Brasil, 2012).

De acordo com o artigo 59, “É responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal” (Brasil, 2012). Aqui, vemos que é dever do Estado garantir uma educação pública de qualidade para as comunidades quilombolas, conforme previsto no art.208 da Constituição Federal. É um compromisso legal que o Estado tem com o povo. Ele precisa garantir que a comunidade quilombola tenha acesso à educação, com materiais adequados, escolas, professores, e que essas instituições instaladas nesses territórios disponham dos mesmos fundos financeiros que as escolas padrão do país, na busca por um aprendizado eficaz para a comunidade.

Apesar de haver leis que reconheçam o direito fundamental da educação, as escolhas políticas para a área educacional no distrito de Acupe são motivadas para refrear a formação crítica, democrática e emancipadora. Segundo Paulo Freire, “o homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (Freire, 2013, p. 38). Nesse sentido, o homem é o responsável pela construção de seu aprendizado, não um objeto dela. O conhecimento é construído junto com o professor na troca de saberes. O aluno questiona, critica, pensa por si, não pode ser um sujeito que apenas recebe informação, mas que tenta reconstruir seus pensamentos, levando em conta seu conhecimento de mundo. Ele é quem vai ser o autor principal nesse processo de ensino-aprendizagem. Aqui, ele deixa de ser somente um recebedor de informações e passa a questionar as informações recebidas de acordo com sua realidade de mundo. Afinal, o aluno sempre vai estar no controle de seu aprendizado.

A educação não pode ser algo imposto sobre as pessoas, mas sim algo que elas constroem e participam ativamente. Para Freire, o homem e o conhecimento são algo inacabado. Assim, não adianta o professor querer que o aluno aprenda novos conhecimentos de forma bancária. O professor precisa compreender que o aluno não chega à escola vazio. O discente não está ali só para receber informações sem questionar, como se o conhecimento passado pelo professor fosse algo inquestionável, como se fosse algo finalizado. “Por isso, não podemos nos colocar na posição do ser superior que ensina um grupo de ignorantes, mas sim na posição humilde daquele que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo” (Freire, 2013, p. 47). Se o aluno não tiver consciência de que esses conhecimentos são inacabados, ele vai perder o interesse de adquirir novos conhecimentos. Eles precisam, o tempo todo, ser desafiados a aprender, para que os conhecimentos antigos sirvam para transformar e aprimorar os novos.

Em concordância com Freire, afirmo que a educação, além de ser um ato de amor, é um ato de esperança, de mudanças que só por meio dela os seres humanos vão ser capazes de transformar sua realidade e mudar o mundo em um lugar melhor, em uma sociedade mais justa e igualitária para todos. “Uma educação sem esperança não é educação. Quem não tem esperança na educação dos camponeses deverá procurar trabalho noutro lugar” (Freire, 2013, p.16). O amor e a esperança vão ser fundamentais para o diálogo dos homens oprimidos.

Ensinar exige respeito à diversidade e rejeitar qualquer tipo de discriminação de raça, classe ou gênero. Educar exige o poder da escuta, da solidariedade, da honestidade e do comprometimento com a educação e com o aluno. “Uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, transformando-o em abelha. A educação deve estimular a opção e amar o homem como homem.” (Freire, 2013, p. 34). Nós, seres humanos, diferentes das abelhas, podemos questionar nosso modo de viver e transformá-lo em algo melhor ou pior, a depender de nossas escolhas. Nesta perspectiva, não podemos seguir um modelo de educação que se preocupe apenas em moldar o indivíduo para se encaixar na sociedade, mas desenvolver no aluno o pensamento crítico. Temos que mostrar que eles têm escolhas e são capazes de mudar sua realidade.

Devemos dar as ferramentas e ensiná-los a usá-las para transformar sua vida, e não aceitar as coisas como são impostas. É preciso despertar o desejo pela mudança. Não podemos ser meros imitadores de um ensino que nos faz aceitar tudo sem questionar, sem um desejo de transformação. “Uma sociedade justa dá oportunidade às massas para que tenham opções e não a opção que a elite tem, mas a própria opção das massas. A consciência criadora e comunicativa é democrática” (Freire, 2013, p.45). Não se deve aceitar o que é imposto pelo sistema que exclui os oprimidos.

De acordo com o autor, é importante termos consciência da nossa realidade para buscar uma transformação do mundo. Mas, para isso, não podemos ter medo da mudança, nem ficar omissos. Temos que criar um mundo onde todos tenham voz e nada possa impedir sua capacidade de pensar e agir. É importante que os jovens de Acupe tomem consciência de que somos um município invisível aos olhos das autoridades de nossa cidade (Santo Amaro). Compreender as estruturas de opressão e as injustiças que nos afetam vai ser de suma importância para mudar nossa realidade e transformar nosso município em um lugar melhor para nós e para as gerações futuras. “A mudança não é trabalho exclusivo de alguns homens, mas dos homens que a escolhe”. (Freire, 2013, p.53).

Importante ressaltar que:

[...] O ato de olhar implica outro: o de ad-mirar.⁷ Admiramos e, ao penetrarmos no que foi admirado, o olhamos de dentro e daí de dentro aquilo que nos faz ver. Na ingenuidade, que é uma forma “desarmada” de enfrentamento da realidade, apenas olhamos e, porque não ad-miramos, não podemos adentrar o que é olhado, não vendo o que está sendo olhado. Por isso, é necessário que admiremos a frase proposta para, olhando-a de dentro, reconhecê-la como algo que jamais poderá ser reduzido ou rebaixado a um simples clichê. (Freire, 2013, p. 39).

Segundo o autor, olhar e admirar não são a mesma coisa, mas estão amplamente interligadas. Na busca de uma mudança dentro da comunidade de Acupe, não basta simplesmente olhar, mas admirar, porque o olhar é diferente de admirar. Acredito que admirar é ver além, é potencializar o que está despotencializado. As pessoas podem olhar as crianças, as ruas, as casas, os manguezais, o mar, mas não conseguem enxergar o potencial ou os problemas reais que precisam de atenção. Porque se deliciar das belezas e riquezas de outras cidades circunvizinhas e não admirar a nossa? Em Acupe, falta esse admirar por parte dos moradores, prefeito, vereador e governador.

Temos que admirar nossa comunidade sob nova perspectiva, novas interpretações e significados, ver o que realmente importa para nela atuar na busca pela mudança. Ter uma educação de qualidade na comunidade de Acupe é de suma importância para a valorização dos jovens, pois não existe nenhum município que se mantenha erguido, que conquiste reconhecimento e que faça história sem priorizar a educação.

Por isso, ressalto a necessidade de o distrito contar com uma educação de qualidade que contemple as necessidades da comunidade e reconheça o potencial de cada jovem, indo além do currículo tradicional. Afirmo que se esses jovens receberem uma educação digna e consistente, estarão mais preparados para crescer profissionalmente, empreender e contribuir para o desenvolvimento local.

Na construção de um ensino de qualidade, a escola tem a corresponsabilidade de envolver todo o coletivo nesse processo educacional. Com a participação de pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade em geral, poderemos ampliar a capacidade dos discentes de compreender o universo competitivo e os valores sociais, econômicos e culturais que fazem parte da formação pessoal e profissional a que estarão submetidos.

Oferecer uma educação de qualidade traz benefícios tanto para o aluno quanto para a sociedade, que vai receber cidadãos prontos para exercer sua cidadania de forma consciente. A formação não deve se limitar ao conhecimento técnico. É essencial que os estudantes incorporem valores que os tornem cidadãos íntegros e críticos. Quando a comunidade e a equipe escolar participam ativamente, enriquecem essa base de valores.

É necessário que haja políticas públicas voltadas à educação que reconheçam todas as formas de aprendizagem como dignas e válidas na criação de uma população emancipada e democrática. Programas educacionais podem ser fundamentais para integrar a comunidade à arte, à história, à cultura e às vocações econômicas de Acupe. Que a comunidade possa contar com cursos profissionalizantes que preparem os jovens para o mercado de trabalho, tanto dentro quanto fora da localidade.

Uma educação que valorize os saberes locais, que fortaleça a identidade coletiva e reconheça que nem todo conhecimento se constrói apenas dentro da sala de aula. Além disso, é importante investir na formação continuada de professores, capacitando-os para conhecerem a realidade da comunidade e desenvolverem métodos pedagógicos inovadores e inclusivos.

Enxergar Acupe como um território de transformação é colocar a educação como ferramenta central de valorização de pessoas que terão voz e vez na sociedade. Dessas comunidades sairão advogados, juízes, atores, *blogueiros*, vereadores, pescadores e marisqueiras. Uma sociedade democrática e emancipada reconhece e acolhe todos esses saberes, tornando-se mais rica, justa e igualitária.

O Quadro 2 apresenta as divergências que existem entre a pedagogia da maré (ensino não formal) e a pedagogia da escola (ensino formal).

Quadro 2 - Quadro comparativo: saberes da maré x educação formal

Pedagogia da maré (saberes ancestrais)	Pedagogia da escola (saberes formal)
Mestres: Marisqueiras, pescadores, a mãe, a avó e anciãos	Mestres: Professores e Estado
Ambiente de aprendizagem: Mar, manguezal, ilhas	Ambiente de aprendizagem: Sala de aula e Escola como um todo
Linguagem: Linguagem que se aprende na lida da mariscagem e léxico comunitário	Linguagem: Norma culta e Padrão
Transmissão: Pela observação, pela prática, pelo convívio cotidiano e pela oralidade	Transmissão: Escrita, Livros Didáticos, dinâmicas e exposição a diversos conteúdos
Tempo: Do Vento, da Lua, da Maré, da chuva e o tempo da desova	Tempo: Do Relógio, do Calendário letivo, Grade horária das disciplinas e do sinal
Objetivo: Sobrevivência, Coletividade e Identidade quilombola	Objetivo: Preparação para o mercado de trabalho e certificação de conclusão do Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nesse sentido, o que vimos acima é que as escolas obedecem a um currículo universal, que não atende às especificidades de determinados povos, como é o caso da comunidade quilombola de Acupe. Essas escolas padronizadas não dialogam com os saberes da mariscagem, contribuem para a desvalorização desses conhecimentos, enquanto o saber do ensino formal é visto como o “certo”. Assim, os estudantes são, de certa forma, obrigados a abandonar seus conhecimentos de mundo, gerando uma desconexão com sua verdadeira identidade.

Nesse espaço escolar, as crianças não são ensinadas a estudar para valorizar o seu território e a sua história; ao contrário, são estimuladas a fugir deles. Essa realidade evidencia que há uma urgência na construção de uma educação escolar quilombola que dialogue com a comunidade e que sirva de ponte entre esses dois campos do conhecimento.

Nesse contexto, criar políticas públicas que pensem o futuro de uma juventude participativa, não apenas na política, mas também em todas as expressões artísticas e culturais, é oferecer aos jovens ferramentas para que se tornem cidadãos conscientes e criativos. Reduzir a arte e cultura ao simples entretenimento é matar a criatividade e tirar dos jovens a chance de ver o mundo por novas perspectivas.

Através da arte, pode-se dar visibilidade a problemas sociais, promover reflexões e construir sua identidade individual e coletiva. Que todas as comunidades quilombolas possam fazer uso da educação para transformar sua realidade.

5.2 COMO SONHAR O FUTURO

Sonhar é criar uma realidade desejada. Observando os depoimentos das trabalhadoras do manguê, podemos notar que seus sonhos são diversos, mas muitos se conectam a temas essenciais como segurança, educação, trabalho digno e bem-estar. Em todos os relatos, elas enfatizam a importância de superar as privações do passado e garantir um futuro melhor para si e para suas famílias.

Durante as entrevistas, para todas as marisqueiras, independente da idade, foi questionado: “*Como você imagina seu futuro?*” Ao perguntarmos sobre os sonhos para o futuro, estava interessada em observar a relação entre o apreço pela cultura e pelos saberes da maré e a tensão gerada pela dureza da vida, em função das privações impostas à vida material.

Sobre o que esperam para seus futuros, algumas marisqueiras evidenciaram justamente a relação entre a busca por outro trabalho, a fim de melhorar as condições materiais para si e

para seus filhos. Nesses depoimentos, há evidências de que, mesmo sonhando com outras possibilidades, a maré segue sendo o ponto de referência:

F8: Para o futuro, desejo me aposentar, para ir menos à maré ou parar de vez de ir. Vou tentar viver minha vida tranquilamente, sem ter que trabalhar por obrigação. (F8, entrevista, 2024).

R9: Um emprego que eu ganhe um salário digno, que não dependa somente da maré pra ter uma renda. (R9, entrevista 2024).

L5: O futuro que eu imagino é praticamente o futuro que eu vivo hoje. Vivo com vendas de roupas e continuo indo para a mariscagem. E o futuro que eu imagino é isso né? Seguir adiante trabalhando com vendas de roupas. (L5, entrevista, 2024).

Houve um depoimento que relaciona a importância da educação formal à mudança na qualidade de vida, a fim de se sonhar um futuro melhor:

C4: “Queria um trabalho melhor, mas sei que está difícil, principalmente porque não concluí o segundo grau. Mas com a fé de Deus, vou retomar os estudos pra ter um futuro melhor”. (C4, entrevista, 2024).

Para outras marisqueiras, particularmente para as mais velhas, a lógica do trabalho tem sido substituída pelo desfrute das relações familiares, enquanto perspectivas futuras:

T1: Eu imagino o melhor, né? Não quero que os meus tenha o que eu tive. Eu imagino agora o melhor para mim né? Agora que eu não estou mais trabalhando na maré quero o melhor pra mim. né? (T1, entrevista, 2024).

J2: Viver com saúde mais uns anos, pra ver meus netos crescerem, seguindo sempre em frente na busca de uma vida melhor. (J2, entrevista, 2024).

S3: Hoje estou aqui em Acupe, mas eu imagino meu futuro que brevemente estarei me mudando pra Salvador pra ficar perto da minha família (S3, entrevista, 2024).

Duas marisqueiras salientam que seus sonhos para o futuro não são individuais, mas coletivos: uma delas, sonhas que seus filhos possam ter um futuro melhor; já a outra sonha que todos os acupenses possam viver a vida digna que merecem:

L6: Penso em um futuro melhor para mim e para os meus filhos. E ainda mais, por eles, hoje corromais atrás, por eles porque eles estão chegando agora, e eu sempre sonhei assim um futuro melhor para meus filhos. E hoje também proporciono tudo àquilo que eu não tive para eles, porque hoje a vida está bem mais fácil de conseguir as coisas. (L6, entrevista, 2024).

A.C7: Imagino um futuro melhor, não só pra mim, mas pra todas as pessoas que vivem em Acupe. São pessoas merecedoras que precisam de coisas melhores. Espero que a educação melhore e que a área da saúde abra portas pros jovens. Que as crianças estudem, façam cursos, tenham qualificação pra não ficarem perdidos só na maré e na pesca artesanal. (A.C7, entrevista, 2024).

Em todos os casos, fica evidente que o presente dessa marisqueiras é visto como algo a ser modificado. Nesse sentido, por mais que se ame os aprendizados da cultura da maré, sonha-se com algo diferente para o futuro, a partir de uma lógica de transformação social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discorre sobre os saberes das marisqueiras da comunidade quilombola de Acupe, localizada em Santo Amaro da Purificação, Bahia, Brasil, estabelecendo relações entre o trabalho da mariscagem e as possibilidades da educação formal. Assim, estive em causa observar como esses caminhos se cruzam na vida de uma comunidade ligada ao mar e à cultura quilombola. Acupe, portanto, constitui o cenário desta pesquisa, cuja temática central é “os filhos e as filhas das marisqueiras: da maré à educação formal”.

Quando fui à busca de um orientador para me instruir na escrita dessa monografia, embora ainda não tivesse um tema pronto, eu tinha a certeza de que queria escrever sobre o meu povo, minha comunidade. No entanto, não queria abordar temas ligados às manifestações culturais da comunidade, pois já havia percebido que existiam muitos artigos e monografias com essas temáticas. Meu desejo, então, era compreender como o trabalho da pesca e da mariscagem pode influenciar o campo da educação formal e, ao mesmo tempo, buscar entender por que as escolas da comunidade ainda são tão resistentes em assegurar um modelo de ensino que atenda às demandas locais. Como visto ao longo da discussão, isso ainda ocorre porque os saberes da comunidade seguem sendo trabalhados no espaço escolar de forma foclorizada.

Durante as entrevistas realizadas com algumas marisqueiras da comunidade, pude observar o amor que elas expressavam quando falavam de seu território, de seu modo de vida, do orgulho que têm pela sua profissão. Elas recriavam memórias e histórias de sua lida com o mangue de forma tão sábia que parecia até que o trabalho no mangue não é tão árduo quanto realmente é. Entretanto, todas deixaram claro que não desejam que as novas gerações deem continuidade ao trabalho da pesca e da mariscagem.

Como já mencionado no decorrer dessa pesquisa, o povoado de Acupe carrega uma bagagem de saberes ancestrais que ultrapassam os muros das escolas: a terra, o mangue, a natureza e o mar transmitem ensinamentos que são repassados de geração em geração como forma de resistência da cultura ancestral, valorizando seus saberes e mantendo viva a cultura local, mostrando o valor da profissão da pesca e da mariscagem. Na comunidade, a oralidade é a principal ferramenta de distribuição desses saberes e do modo de saber fazer. É um povo unido que mantém a prática da coletividade viva.

Mesmo com tantas dificuldades, como a falta de valorização do seu trabalho e a falta de infraestrutura, as marisqueiras e os pescadores da comunidade não desistem. Mantêm a cultura viva, como forma de superação das mazelas que vêm atingindo o município há anos,

mostrando o valor de sua profissão e de sua história. Elas nos ensinam que o aprendizado e o conhecimento são construídos no cuidado com a comunidade, na luta pela sobrevivência e na vivência diária.

No processo de construção da pesquisa, foram surgindo várias dúvidas e questionamentos. A primeira foi se essas trabalhadoras iriam querer responder às questões da entrevista, afinal, de certa forma, eram perguntas particulares e pessoais que, em outro momento da pesquisa, eu teria que estar analisando, já que a educação não formal está interligada com a educação formal.

Confesso que tinha muito medo de me deixar levar pela emoção e acabar fugindo do tema, como falar dos saberes não formais imbricados nos saberes acadêmicos sem priorizar um ou outro? Outras dúvidas também seguem me afetando: não entendo por que Acupe, sendo uma comunidade quilombola, não tem um modelo pedagógico diferenciado que atenda as especificidades da comunidade? Por que trazer professores de fora para lecionar, se a comunidade tem profissionais qualificados e que conhecem profundamente a realidade do município?

Reconheço que ainda não entendo todos os porquês. Mesmo a comunidade sabendo que possui o direito de ter uma educação diferenciada, muitos moradores não lutam para garantir esse direito. Como podem aceitar tudo o que o sistema dita sem questionar, sem exigir uma educação de qualidade para seus filhos? Acredito que, ainda hoje, os responsáveis pelas crianças em idade escolar não entendem que a educação de qualidade é um direito de todos, independentemente de o aluno ser de escola pública ou privada.

Por que se fala tanto das manifestações culturais de Acupe e se esquecem de falar dos pescadores e marisqueiras? Isso ocorre porque há resistência da Secretaria de Educação em incluir esses saberes ancestrais no currículo escolar. Diante desses questionamentos, reforço a importância de se criar a **pedagogia da maré**, uma proposta pedagógica que poderia, na prática, utilizar o saber da maré para ministrar aulas de Matemática, Português, Biologia, Artes, entre outras.

No componente de Matemática, por meio da pesagem do marisco, poderiam ser trabalhados conteúdos como lucro, valor, quantidade, sistema monetário e operações básicas (adição, multiplicação, e subtração). No componente de português, por meio da mariscagem, seria possível trabalhar com o aluno a oralidade, a produção textual, a escuta atenta, a leitura e a interpretação de textos, bem como os vocabulários. No componente de Biologia, por meio das fases da maré, poderiam ser trabalhados com os discentes temas como cadeia alimentar, sustentabilidade e preservação ambiental, ciclos da maré e a relação entre os seres vivos e o

meio ambiente. Já em Artes, o trabalho poderia ser desenvolvido por meio do uso de conchas, búzios, cascas de mariscos e materiais recicláveis retirados da maré, possibilitando a criação de maquetes e a valorização da cultura local.

Tendo como base as referências teóricas utilizadas para a fundamentação desta pesquisa, afirmo que não vejo problema algum em incorporar os conhecimentos não formais aos formais. Vejo nisso a necessidade de quebrar paradigmas impostos desde os tempos coloniais, que inferiorizam um modo de saber para priorizar o outro, impondo uma dicotomia entre o “certo” e o “errado”.

Percebo que, embora existam leis que assegurem uma educação diferenciada para atender às necessidades do povo, ainda há muito a ser feito para que isso realmente se concretize na prática. Entendo, também, que uma educação democrática é aquela que abrange os diversos saberes, sem priorizar um modelo educativo em detrimento de outro.

Ao longo da investigação, algumas das minhas inseguranças foram sanadas – e outras ainda precisarão de tempo e aprofundamento. Contudo, ao fim deste estudo, eu, como educadora, assumo o compromisso de prestar um ensino de qualidade ao meu município. Sinto-me na obrigação de lutar para levar à sala de aula não apenas uma educação diferenciada, mas que atenda às reais necessidades dos estudantes, prezando pela transparência e pelo respeito a todos os saberes.

Meu objetivo é contribuir para a transmissão de conhecimentos que unam os saberes e fazeres ancestrais aos saberes acadêmico. Não posso aceitar que os conhecimentos tradicionais sofram um apagamento. Afinal, enquanto existir povo, existirá cultura e partilha de saberes. Nesse sentido, acredito que o objetivo da pesquisa foi alcançado, pois, no decorrer da investigação, constatou-se que o processo de ensino não formal é fundamental para a construção e a preservação da identidade racial dessas crianças. Observa-se que essas marisqueiras e pescadores são referências vivas de transmissão de conhecimento, compartilhando ensinamentos que surgem do próprio ato do “saber fazer”.

Uma investigação como essa é fundamental para oferecer à comunidade o poder da **escuta sensível**. É por meio desse tipo de escuta que se sente a dor do outro. É possibilitar que essas pessoas gritem o que sentem por não fazerem parte do grupo prioritário da sociedade. Trata-se de uma forma de mostrar ao mundo que todos os saberes são importantes e que nem todo aprendizado ocorre no espaço escolar. Para muitas sociedades, o poder reside na escrita, mas, para alguns povos, isso vai além: está na oralidade, no ensinamento dos mais velhos, nos ritos, na água, na terra, nas manifestações culturais e nas brincadeiras de roda. Enfim, tudo tem significado para o território. É, portanto, uma maneira de dar visibilidade a esses

trabalhadores, criando caminhos para a valorização de suas profissões e auxiliando os órgãos competentes a tomarem decisões que confirmem mais dignidade a eles.

A relevância desta pesquisa para o meio acadêmico reside na contribuição para a valorização dessas comunidades e na desmistificação dos olhares eurocêntricos ainda persistentes na academia. Além disso, busca-se ampliar o campo científico ao trazer as histórias de vida dessas trabalhadoras do mangue do município de **Acupe**, fortalecendo o papel da educação como ferramenta de transformação social.

Afinal, é preciso não aceitar, é preciso indignar-se: só assim é possível mudar a realidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tamiles Santos; SEVERINO, José Roberto. *Um breve olhar sobre a vida cultural em Acupe – distrito de Santo Amaro (Bahia): memória, identidade e patrimônio*. Disponível em: https://recapcilac.iriceconicet.gov.ar/system/files/um_breve_olhar_sobre_a_vida_cultural_em_acupe.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.
- AZEVEDO SILVA, João Paulo de; SILVA, Everaldo Fernandes da. *Cultura iorubá e Òrúnmilà: a importância dos saberes ancestrais para a atualidade*. Disponível em: <https://flacso.edu.uy/web/congreso/wpcontent/uploads/2023/05/EJE40651458.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- BAHIA. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento. *Santo Amaro*. Disponível em: https://www.ba.gov.br/sihs/sites/site-sihs/files/202409/Santo%20Amaro_Vol1cap7.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educação escolar quilombola*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/etnico-racial/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- FIAZ, Domingos. *Acupe: minha terra*. 2. ed. Santo Amaro: [s.n.], 2012. 58 p.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GOVERNO FEDERAL. *Portal Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2024.
- HELLENBRANDT, Luceni et al. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na “Colônia Z3” (Pelotas/RS – Brasil). *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 47, p. 123–136, 2016.
- MORENO, L. T. A luta pra pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. *Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/259>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- MORUZZI, Andrea; SOARES, Denise Gomes; JUSTINO, Shirley Mendes. A escuta ética de crianças em situações de violência como garantia do direito à cidadania infantil. *Revista Interações*, v. 20, n. 69, p. 1–22, 2024.

RIOS, Kassia Aguiar Norberto; GERMANI, Guiomar Inez. *Pescadores e marisqueiras do distrito de Acupe – Santo Amaro (BA): saberes e práticas na construção dos territórios pesqueiros*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível

SANTO AMARO (BA). *Acupe Santo Amaro*. Disponível em: <https://acupesantoamaro-com-br.webnode.page/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SOUZA, Solange Jobim e; CARVALHO, Cíntia de Sousa. *Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em: 10 ago. 2025.